



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS –
FAJS

JOYCE DANIELLE DINIZ PINHEIRO

**COBERTURA DA MÍDIA DAS RESOLUÇÕES DO
CONSELHO DE SEGURANÇA RELACIONADAS À LÍBIA**

Brasília

2012

JOYCE DANIELLE DINIZ PINHEIRO

**COBERTURA DA MÍDIA DAS RESOLUÇÕES DO
CONSELHO DE SEGURANÇA RELACIONADAS À LÍBIA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. (a) Raquel Boing Marinucci

Brasília
2011

JOYCE DANIELLE DINIZ PINHEIRO

**COBERTURA DA MÍDIA DAS RESOLUÇÕES DO
CONSELHO DE SEGURANÇA RELACIONADAS À LÍBIA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. (a) Raquel Boing Marinucci

Banca Examinadora

Prof. Orientador

Prof. Examinador

Prof. Examinador

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora pela luz e força.

*A minha família pelo amor, apoio e paciência.
Meus pais, Geraldo e Silvete; minhas irmãs Bia,
Jéssica e Carol, Muito Obrigada!*

A meu namorado Jean pelo suporte e carinho,

*A orientadora e mestre Raquel minha imensa
gratidão pelos aconselhamentos.*

*Aos meus amigos por permanecerem ao meu lado
durante toda a caminhada e por me ajudarem a
coletar as notícias.*

A todos, muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como foi elaborada a cobertura midiática das resoluções nº 1970, 1973, 2009, 2016, 2017 e 2022 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Todas as resoluções impunham restrições à Líbia, objetivavam findar os conflitos que ali aconteciam e expulsar o ditador Muammar el-Kadafi do poder. A análise é construída sob as bases teóricas do Construtivismo, teoria das Relações Internacionais, complementada pela hipótese do Agendamento, hipótese do campo da Comunicação.

O estudo tem como objetivos aferir se os textos oficiais são analisados e moldados pela mídia. Neste sentido, analisa-se se houve ou não a cobertura do conteúdo das resoluções, quais ganharam maior destaque, como estas foram implementadas, suas consequências e a semelhanças entre as agendas da mídia e das resoluções. Para esses fins analisou-se o teor de 149 notícias que faziam referência às seis resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança. As notícias foram publicadas pelo jornal estadunidense *The New York Times* no decorrer do ano de 2011.

Palavras - Chave: Construtivismo. Agendamento. Líbia. Resoluções. Conselho de Segurança. *The New York Times*.

Lista de Abreviaturas

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

ONU- Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

Sumário

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| 1. A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS IDÉIAS E AGENDA: PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA E DO AGENDAMENTO..... | 10 |
| 1.1 Construtivismo | 10 |
| 1.2 Agendamento..... | 20 |
| 2. AS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA E A METODOLOGIA DE PESQUISA..... | 26 |
| 2.1 As resoluções do CSNU..... | 26 |
| 2.2 Metodologia de pesquisa..... | 32 |
| 3. A COBERTURA DO <i>THE NEW YORK TIMES</i> SOBRE AS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A ÍBIA..... | 34 |
| 3.1 A cobertura do <i>The New York Times</i> e a comparação das agendas | 35 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 51 |

INTRODUÇÃO

O campo de estudo das Relações Internacionais pode ser relacionado com diversos outros campos, possuindo a capacidade de fazer análises de objetos que não sejam diretamente a ele ligados. Nesta monografia houve a integração de bases teóricas e análise de objetos do campo das Relações Internacionais e do campo da Comunicação.

O primeiro capítulo analisa e caracteriza o embasamento teórico utilizado, sendo eles o construtivismo e a hipótese do agendamento. O Construtivismo, teoria do debate recente das Relações internacionais, tem como objeto de estudo a interação social. Para os teóricos dessa corrente a construção da realidade depende e é formada da socialização dos indivíduos. Faz-se a análise de como interações sociais formam conceitos e a partir desses conceitos são moldadas a forma de agir, pensar e as instituições da vida social. Para essa teoria as coisas materiais apenas fazem sentido se forem discutidos e conceituados pela sociedade.

São trabalhadas três premissas básicas pelo construtivismo. Primeiramente o mundo é construído através de interações sociais, em segundo lugar os agentes e as estruturas são co-constitutivos e, por fim, acreditasse que a realidade é construída com interações materiais e de ideias.

O Agendamento, hipótese trabalhada pelo campo da Comunicação, por sua vez estuda a criação da agenda, ou seja, estuda como são determinados os pontos de foco e relevância escolhidos pela sociedade. A hipótese defende que há por parte da mídia pressão para defini-los. Parte-se do pressuposto que a mídia faz uso de jornais escritos e da televisão para levar ao público assuntos que os seus produtores julgam importantes para serem discutidos.

O construtivismo, assim como o Agendamento, é utilizado para desenvolver e possibilitar a análise da cobertura e pressão dos canais midiáticos em textos oficiais. Nesta monografia busca-se aferir a cobertura da mídia, através de 149 artigos, publicados entre Janeiro e Dezembro de 2011, do jornal estadunidense *The New York Time* e dos textos oficiais das resoluções do Conselho de Segurança.

Complementando o primeiro capítulo e conceituando os pontos principais do estudo, no segundo capítulo são descritas como são formuladas e aprovadas as resoluções do Conselho de Segurança. As resoluções que contém em seu conteúdo parágrafos discorrendo direitos e deveres a serem aplicados em determinadas situações de conflito, são caracterizadas, discorrendo como são aprovadas as resoluções pelos Estados membro e os efeitos que estas causam no âmbito internacional.

Na segunda parte do segundo capítulo é apresentada a metodologia utilizada para selecionar os objetos de estudo, neste caso as resoluções nº 1070, 1973, 2009, 2016, 2017 e 2022 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as 149 notícias retiradas do canal online do *The New York Times*.

As bases teóricas e a descrição da forma e aplicabilidade das resoluções, assim como a metodologia utilizada na seleção dos objetos de estudo, formam no leitor o suporte necessário para entender a lógica aplicada no terceiro e último capítulo desta monografia. Nele é analisado o conteúdo das resoluções e das notícias, fazendo comparações e conexões entre estes dois materiais. Verifica-se se há por parte das notícias a cobertura dos parágrafos contidos nas resoluções e como são descritos por esse veículo de mídia.

1. A CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS, IDÉIAS E AGENDA: PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA E DO AGENDAMENTO.

A teoria construtivista faz parte do debate teórico mais recente das Relações Internacionais, que defende a participação dos indivíduos para a construção da realidade, através de interação social. A hipótese do agendamento, pertencente ao campo de comunicação e mídia, apresenta premissas que demonstram como a mídia tende a definir os temas da agenda. Com essa hipótese buscamos esculpo para compararmos a agenda da mídia e a agenda do Conselho de Segurança. Ambas serão descritas de forma a esclarecer e apontar suas principais ideias e discussões dentro de cada campo e juntamente com os capítulos seguintes demonstrar se há ou não cobertura da mídia nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

1.1 Construtivismo

O estudo das relações internacionais sofreu no início dos anos 90 mudança na base teórica, passando a abranger mais teorias que fossem consideradas importantes para a academia. Segundo Adler (1999) iniciou-se o debate entre as teorias denominadas racionalistas, que englobava principalmente as teorias realistas e liberais, e as de viés interpretativista, como os pós-modernos, pós-estruturalistas, teóricos críticos e da teoria feminista.

Sucessivamente com as mudanças no debate, os argumentos construtivistas, introduzidos por Nicholas Onuf e Alexandre Wendt ao publicarem, respectivamente, o livro *World of our Making – rules and rule in social Theory and International Relations*, 1989, e o artigo *Anarchy is what states make of it*, 1992, passam a influenciar diretamente os estudos da academia. (NOGUEIRA & MESSARI, 2005)

Segundo Wendt (1992), a academia sai do debate apenas entre realistas e liberais, que é baseado em questões racionalistas e que tratam o indivíduo e os agentes como algo exógeno e ignoram seus interesses e ideias. Modificou a concepção de que os Estados são os únicos agentes e que o interesse próprio é a principal força que determinam a ação estatal. Com os novos debates e com a ascensão das ideias construtivistas entra em pauta questões ligadas aos indivíduos, formação dos interesses e interação social.

O Construtivismo vai contra algumas das ideias anteriormente apresentadas por teorias como o realismo e o idealismo.

“Os construtivistas, como os teóricos críticos e os pós-modernistas, argumentam que não existe uma realidade social externa objetiva. O mundo social e o político não formam uma entidade física ou um objeto material exterior à consciência humana. O sistema internacional não é algo que está “lá fora” como o sistema solar (...)” (JACKSON & SORENSEN, 2003, p. 341).

A abordagem construtivista diferencia-se também das teorias clássicas das Relações Internacionais, por ter uma abordagem com base ontológica e epistemológica, ao invés de empírica, levantando novos meios de compreender os temas das relações internacionais. Segundo Adler (1999, p. 202):

“Faz-se crucial esclarecer, de uma vez por todas, que o centro do debate sobre o construtivismo não é sobre ciência versus interpretação literária ou “relatos”, mas sobre a própria natureza da ciência social e, portanto, da disciplina de relações internacionais.”.

O construtivismo é apontado por Wendt (1992) como um meio termo entre as teorias de abordagem racionalista e interpretativistas, sendo uma tentativa de ponte entre estas. Caracterizando desta forma por sustentar a ideia de que as relações internacionais são primeiramente fatos sociais, mas levando-se em conta que há interação com o mundo material, transformando-o, mas com certas limitações. (ADLER, 1999)

O foco do construtivismo está na construção social da realidade. No alicerce dos argumentos construtivistas há três premissas centrais. Primeiramente o mundo é construído através de interações sociais; os agentes e as estruturas são co-constitutivos; e, por fim, creem que a realidade é construída com interações materiais e de ideias. (NOGUEIRA & MESSARI, 2005)

A realidade, para os construtivistas, como já exposto, não é predeterminada e é a partir dessa afirmativa que se desenvolve a primeira premissa: o mundo é “socialmente construído”. Vê na figura dos atores agentes ativos que moldam e configuram o mundo através da interação social. A comunicação entre esses agentes vão determinando progressivamente os interesses e as preferências e assim constroem a realidade. (NOGUEIRA & MESSARI, 2005). O entendimento coletivo e o mundo em si, são frutos de ideias difundidas pela consciência humana

até que fossem consolidadas e entendidas como algo correto e inevitável. (ADLER, 1999)

No terceiro capítulo desta monografia, essa primeira premissa será fundamental, uma vez que, observaremos como as notícias publicadas pelo jornal estadunidense *The New York Times*, no período de janeiro a dezembro de 2011, conseguiu ou não moldar as decisões tomadas pelos países que compõe o CSNU nas Resoluções referentes aos problemas na Líbia.

Atores e agentes adquirem identidades e significados através dessas interações sociais. Cada agente pode adquirir inúmeras identidades, isso depende das instituições que ele participa. As instituições são práticas sociais reconhecidas, que são integradas por pessoas que compartilham e ou tem semelhança entre determinado conhecimento, mais detalhadamente:

“Instituição é um conjunto relativamente estável e estrutura de identidades e interesses. Tais estruturas são muitas vezes codificadas em regras formais e normas, mas só tem força motivacional em razão da socialização dos atores e participação no conhecimento coletivo. Instituições são fundamentalmente entidades cognitivas que não existe desassociado das ideias dos atores sobre como o mundo funciona. (WENDT 1992, p. 399) ¹

A institucionalização torna-se a incorporação de novas identidades por parte de cada agente/ ator. Wendt (1992, p. 398) ilustra a ideia de múltiplas identidades:

“Cada pessoa possui muitas identidades ligadas a papéis institucionais, como irmão, filho, professor e cidadão. Similarmente o Estado pode ter múltiplas identidades como soberano, “líder de um mundo livre”, “poder imperial” e assim por diante. O compromisso com e a importância de cada identidade em particular varia, mas cada identidade é inerentemente definição social do ator fundamentado nas teorias que os próprios atores detém coletivamente entre eles e os outros e qual constitui a estrutura do mundo social.” ²

As identidades que se criam formam a base de interesses, uma vez que nenhum ator o tem predeterminado. A relevância, a dedicação e o empenho com determinadas situações depende e varia de acordo com cada contexto social em que o agente se insere. Com o tempo as identidades e instituições vão se padronizando, o que não significa que será estático ou insubstituível. As identidades trazem consigo expectativa de ações e situações a serem cumpridas pelos agentes,

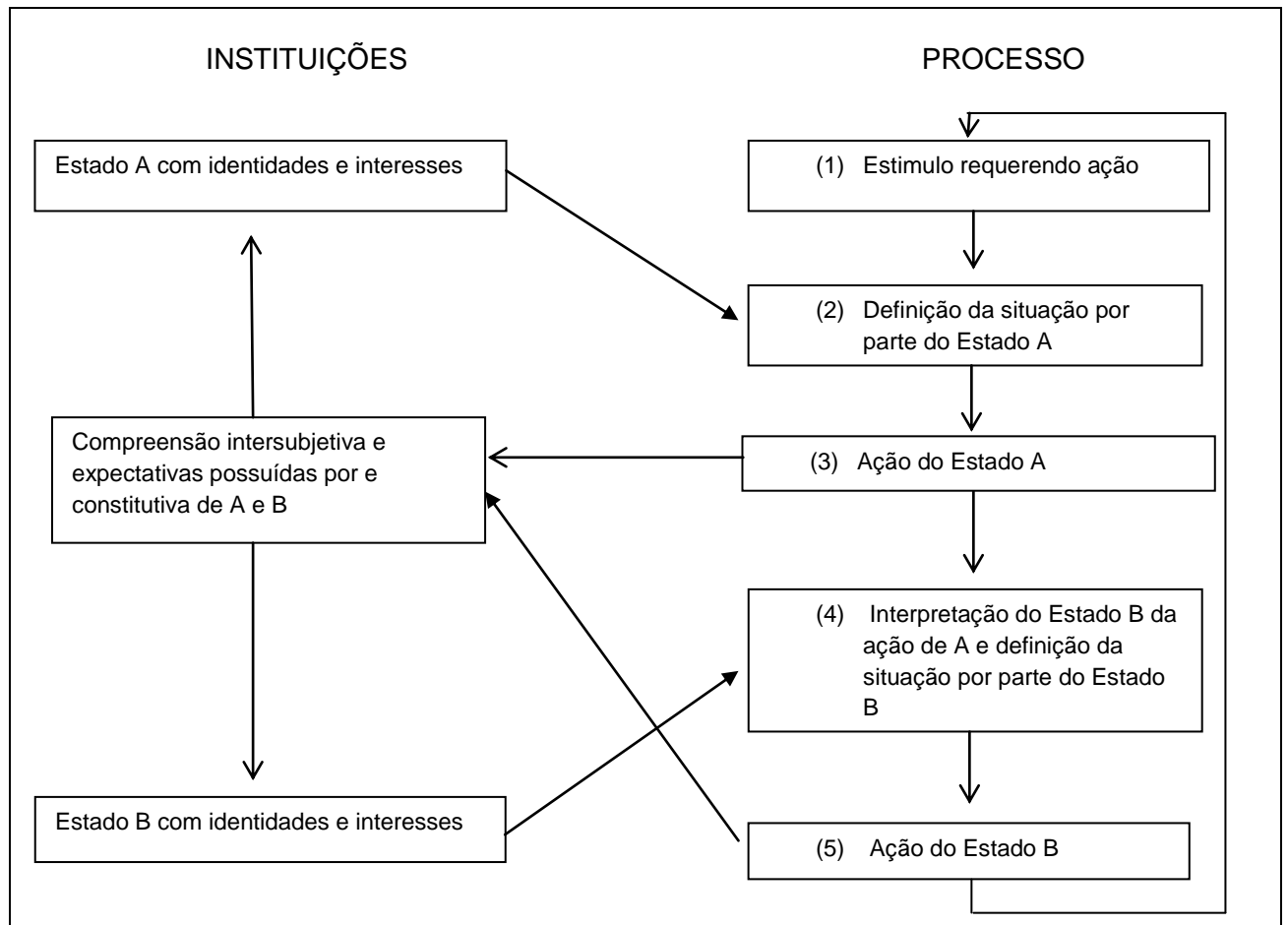
¹ Tradução feita pela autora.

² Tradução feita pela autora.

nada obrigatório, porém a escolha por não executar determinadas situações pode resultar em confusão com a identidade estabelecida. (WENDT, 1992)

As resoluções do CSNU são definidas de acordo com os acontecimentos. Discute-se a criação ou não de resoluções quando há em algum momento da história necessidade de ajuda externa para solucionar problemas internos. As resoluções trazem em seus textos direitos e deveres a serem cumpridos tanto pelo país que está com o problema, quanto aos países que compõe o CSNU, determinando, o que os construtivistas conceituam como identidade, como cooperador, vilão, inocente e a partir disso gerando expectativas de ações.

O relacionamento entre as diferentes identidades e atores começa a moldar-se desde o primeiro contato, a partir de expectativas de ações que progressivamente torna-se ciclo vicioso. A postura de determinado ator na primeira interação, gera, por parte do outro ator, conhecimento intersubjetivo, determinando como este deve agir em resposta e objetivando prever prováveis ações futuras. Com a resposta de ação, por parte do segundo ator, forma-se pré-conhecimento para o ator que teve a primeira ação, e este agirá em resposta e assim sucessivamente. Por esse motivo, construtivistas, creem que há recíproca tipificação, que estabelece expectativas sobre as identidades e ações de ambos os atores, reciprocamente. Wendt (1992) formulou a “co-determinação de instituições e processos” que facilita a visualização da recíproca tipificação.

FIGURA 1: A co-determinação de instituições e processos

Fonte: WENDT, Alexander. *Anarchy is what State Make of it: The social construction of Power politics*. International Organization, v. 46, p.406, 1992.

Os ciclos de interação e a recíproca tipificação representados pela figura 1 criam sentimentos, expectativas, conceitos referentes aos atores que participam da socialização. As imagens formadas por ambos os lados podem ser tanto positivas, quanto negativas e uma vez determinadas tornar-se-á complexa a mudança, porém, com a crença de que a realidade é sócio construída, há segundo Wendt(1992), um constante processo de criação de significados coletivos que conseqüentemente podem transformar o que foi determinado no primeiro momento.

Contudo, apesar da mobilidade de mudança de uma tipificação para outra, é complexo a modificação da imagem criada a princípio em consequência de duas razões principais: Primeiramente as identidades determinadas reforçam algumas ações e reprimem outras e devido aos interesses dos atores inibirem a modificação, pois a padronização de identidades torna a realidade mais previsível, reafirma

crenças sobre a visão do mundo e os principais objetivos e por evitarem desta forma as possíveis sanções que a mudança pode causar. O nível de maleabilidade para mudar depende das identidades assumidas pelos atores.

Através da duradoura interação, por ambos os lados, da definição dos interesses e identidades que estão integrados a ideia de co-determinação formam-se estruturas, que são normas institucionais. Estruturas essas que se transformam a partir do mundo social. No debate construtivista define-se que nem a estrutura antecedeu aos agentes, nem os agentes foram definidos e criados antes das estruturas. Para esses teóricos há uma interação íntima e influente entre agentes e estruturas, em que a prática de conhecimento compartilhado resolve os problemas de agente- estrutura. (WENDT, 1992)

Os agentes moldam as estruturas, que são impostas aos próprios agentes, que a aceitam e são em partes influenciados e limitados por elas, ou seja, os agentes estão arraigados na estrutura que os constitui e que por eles é constituída. Desta forma não se fala de agentes sem levar em conta as estruturas e as estruturas tornam-se reais em virtude do entendimento subjetivo concebido pela socialização dos agentes, sendo assim, eles se co-constituem (NOGUEIRA & MESSARI, 2005). Wendt expõe essa segunda premissa com a seguinte afirmativa: “É o significado coletivo que constitui a estrutura que organiza nossos atos” (1992, p. 397).³

A relação entre matéria e ideia é a terceira premissa básica que definem as afirmações construtivistas. Há na concepção construtivista uma ação de ideias sobre a matéria e da matéria sobre as ideias. Matéria nesse caso entendida como poder, objetos materiais e interesse dos atores. (ADLER, 1999) Os objetos materiais compõe o mundo independente dos conceitos criados através da interação social, mas passam a gerar efeito, apenas depois da formação de conceitos e ideias. Os capitais são, por sua vez, fundamentais para formulação desses conceitos e ideias. Estes ao serem formadas através do convívio social fazem com que o agente compreenda e determine a melhor forma de fazer uso dos bens matérias e do poder. (NOGUEIRA & MESSARI, 2005).

³ Tradução feita pela autora.

Exemplo para a relação material e de ideias é a escolha dos países que compõe o CSNU. Países capazes de influenciar, com demasiado poder militar e político, e detentor de riquezas materiais, são os países escolhidos para tomar posse dos assentos. Visualizamos isto ao listarmos os cinco países que detém o direito de assento permanente dentro do CSNU, sendo eles Estados Unidos, França, China, Rússia e Reino Unido. Todos esses países são considerados de primeiro mundo ou estão em constante crescimento, como a China. O poder e a riqueza desses países dão a eles lugares privilegiados e de grande poder decisório, uma vez que somente eles possuem o poder de veto e podem decidir se serão ou não destinadas a intervir em outros países.

As decisões referentes a intervir ou não algum país em estado crítico é definido através da socialização e interação dentro das reuniões do CSNU, definindo então se há necessidade de intervenção e se houver a quantidade de investimento a ser destinada a causa. A quantidade de capital oferecida por parte de cada país, por sua vez, molda as estratégias a serem usadas e os direitos e deveres estabelecidos. Este fato ilustra esta ideia construtivista de recíproca ação e influência da matéria sobre a ideia.

Exemplificando de outra forma a premissa material e de ideia veremos como há ação de capital na produção de notícias. Não podemos deixar de lado que os jornais, revistas, noticiários, canais televisivos são empresas que obtém lucros a partir da produção da notícia. Empresas estas que podem ter apoio, parcerias e serem influenciadas por multinacionais, governos, partidos políticos, entre outros grupos detentores de capital e influência. A produção da notícia fica por algumas vezes vinculada aos interesses desses “colaboradores”, o que demonstra que o poder aquisitivo e de pressão consegue por vezes ditar a agenda e consequentemente condicionar os conceitos formados.

O jornal *The New York Times*, que fornecerá as notícias que serão analisadas no terceiro capítulo desta monografia, consegue exemplificar a relação material e de ideias proposta pelos construtivistas. A exemplificação só é válida devido ao *The New York Times* ser um dos maiores e influentes jornais de alcance mundial e parte da empresa *The New York Company*. A empresa é composta por, além do *The New York Times*, pelo *International Herald Tributes*, *The Boston Globe*, *nytimes.com*,

bostonglobe.com, *Boston.com* e outros programas a esses relacionados. A ligação da empresa com a divulgação de notícias é bem clara, segundo relato da empresa em seu site “O propósito central da empresa é melhorar a sociedade através da criação, coleta e distribuição de alta qualidade de notícias, informações e entretenimento”.⁴

A empresa obteve uma receita de US\$ 2,4 bilhões no ano de 2010, o faturamento anual da empresa *The New York Company* será determinante para o alcance dos jornais a ela vinculados. Outro fator primordial são as parcerias feitas no decorrer do ano e as empresas que investirão em propaganda dentro dos meios de comunicação usados pelos jornais. Esse poder aquisitivo ajuda a moldar a agenda de notícias apresentados pelo jornal e o que merece ou não destaque. Da mesma forma que os destaques poderão aumentar ou diminuir o faturamento da empresa.

Empresas como *The New York Company* conseguem:

“traça as rotas pelas quais o dinheiro e o poder são capazes de filtrar as notícias adequadas para serem impressas, marginaliza as opiniões contrárias e permite que o governo e os interesses privados dominantes transmitam sua mensagem ao público.” (CHOMSKY & HERMAN, 2003, p.62)

Para Chomsky (2003) a predileção de notícias e a demarcação de quais entrarão para a agenda são resultados de filtros de seleção que se encontram inseridos na produção de notícias. Arraigado de tal forma que os jornalistas e escritores, apesar de por vezes quererem produzir notícias descarregadas de parcialidade, não o consegue. São apresentados cinco filtros de seleção por Chomsky e Herman (2003), mas apenas dois se encaixam com o foco desta monografia e complementam a premissa construtivista de influência das fontes materiais nas ideias. Os filtros compatíveis são referentes ao filtro financeiro de empresas produtoras de notícias e o filtro ligado à propaganda.

A fabricação e distribuição de notícias em jornais e revistas demandam alto investimento, limitando quem se tornará fornecedor de informações. A limitação de capacidade de investimento cria dentro do setor segmentos em que grandes empresas de comunicação juntamente com governos e outras agências de notícias fabricam e fornecem notícias nacionais e internacionais, determinando a agenda,

⁴ Tradução feita pela autora.

para pequenas empresas de mídia. Comumente jornais brasileiros como *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense*, dentre outros, publicam notícias contendo informações retiradas de jornais tal como o *The New York Times*, assim como jornais inferiores aos brasileiros supracitados publicam notícias publicadas por estes.

O primeiro filtro de Chomsky tem como meio de seleção de informações o interesse de grandes grupos empresariais controladores da mídia, assim como interesse do governo. Visualiza-se que as grandes empresas midiáticas são conectadas ao mercado e visam lucratividade, sendo pressionadas por esse objetivo e, em consequência deste, pressionados por acionistas, investidores e diretores. As notícias são então delimitadas de acordo com os interesses desses acionistas e pelo governo.

A composição desses grupos é variada e não exclusiva a pessoas envolvidas com o jornalismo e encontram-se como membro dessas empresas outras grandes empresas de variados setores. (CHOMSKY & HERMAN, 2003) A composição do *The New York Times* tem como grande acionista Carlos Slim, mexicano, considerado o homem mais rico do mundo segundo a *Forbes*, acionista de várias empresas de telefonia móvel como a Claro aqui no Brasil.

O crivo do governo nesse primeiro filtro é através das limitações legais que o governo impõe, informações distribuídas, parcerias com canais de notícias por meio apoio político e através de subsídios. O governo é responsável por regulamentar e liberar licenças para a criação, implantação e distribuição dos meios de comunicação. Os líderes governamentais tendem a liberar informações reduzidas, sendo principalmente informações benéficas a eles, além de firmar parcerias com mídias que demonstram e publicam notícias contendo apoio político. Há, por parte do governo, apoio financeiro, como subsídios e redução de taxas a ser paga pela empresa de mídia. (CHOMSKY & HERMAN, 2003).

O segundo filtro é o do uso de anunciantes nos canais de informação. A abertura de espaço para a propaganda traz mais receita o que reflete na possibilidade de maiores investimentos.

“O poder dos anunciantes sobre a programação [...] deriva do simples fato de que eles compram e pagam pelos programas – são os “patronos” que oferecem subsidio a mídia. [...] As opções desses

patrocinadores afetam diretamente o desempenho da mídia.” (CHOMSKY & HERMAN, 2003, p. 75).

O poder material dos anunciantes impulsiona o que será veiculado, visto que serão incentivados pela propaganda publicações e programas que se encaixe com a marca das empresas que investem nas divulgações, em contrapartida as demais terão suas publicações evitadas, com o tempo determinados tópicos e temas tendem a ser eliminados. A premissa construtivista da mútua influência dos objetos materiais e das informações e ideias construídas, assim como os filtros apontados por Chomsky e Herman demonstram que “a mídia de massa é levada a um relacionamento simbiótico com as poderosas fontes de informação pela necessidade econômica e pela reciprocidade de interesses.” (2003, p, 77).

Em resumo, a realidade para os construtivistas só passa a fazer sentido e determinar identidades, agentes, instituições, estruturas e ações a partir da construção social. A socialização é então a principal base para os teóricos dessa linha. Há formação de conceitos através do contato social e com incentivos variados os agentes tendem a agir. Segundo Wendt (1992, p. 416), principal teórico da linha construtivista:

“uma importante fonte de incentivos é a crescente “densidade dinâmica” de interação entre Estados no mundo de novas tecnologias de comunicação, armas nucleares, externalidades por parte do desenvolvimento industrial, e por ai vai.”⁵

A partir dessa visão de que novas tecnologias de comunicação ajudam a moldar a realidade e incentivam os agentes a agirem, é que integramos a hipótese do agendamento as ideias construtivistas, para posteriormente analisar se há e como há influencia da mídia na formação de ações, focando principalmente nas resoluções do CSNU sobre a Líbia.

A hipótese retirada do campo da comunicação social, o agendamento, além de trabalhar com preposições que complementarão nessa monografia os pontos até agora apresentados sobre a teoria construtivistas, demonstrará como o campo das relações internacionais está conectado a outras áreas de estudo. O uso de teorias e hipóteses do campo da comunicação com teorias das relações internacionais demonstra como a interação entre diferentes áreas é primordial para melhor compreensão de certas realidades.

⁵ Tradução feita pela autora.

1.2 Agendamento

O conjunto de temas que estão em pauta e que ganham maior visibilidade e atenção por parte da sociedade e que são consideradas temas de grande relevância formam o conceito de agenda. McCombs publicou, em 1972, o artigo *The agenda-setting role of the mass media in the shaping of public opinion*, que discutia a influência da mídia na escolha dos temas da agenda. A tese foi criada a partir de 24 dias de pesquisa feitas antes do começo das eleições dos Estados Unidos e foi o marco do início das pesquisas e teses sobre o agendamento. O artigo tornou-se um dos principais textos sobre a tese. (HOHLFELDT, 1997)

O mundo da comunicação e mídia encontra-se em constante modificação e isso se apresenta como desafio para seus produtores e para os teóricos da área. Ocorrem constantes alterações de forma, nas coberturas e no conteúdo, além do uso de mídias mais interativas, como a internet, tornando cada vez mais frequentes a difusão de informação por esses novos e tecnológicos meios. Contudo apesar de já se passarem 40 anos que o texto de McCombs foi publicado e as mudanças no campo de comunicação e mídia, este artigo e a hipótese continuam com argumentos que se encaixam com as situações atuais. (BRYANT & MIRON, 2004).

Segundo estudo de Jennings Bryant & Dorina Miron (2004), que analisaram diversas teorias de comunicação de massa do século XX e as perspectivas para o século XXI, a hipótese do agenda-setting, conhecido no Brasil como agendamento, foi o mais usado nas pesquisas e nos artigos da área. Dos artigos analisados nesse estudo 72,13% mencionaram a hipótese, que foi aplicada de diferentes maneiras pelos escritores. O estudo comprovou que a hipótese do agendamento continua atual e influente no campo, além de facilmente adaptável as mais variáveis situações.

A maleabilidade de aplicação da hipótese do agendamento foi também comprovada pelos autores precursores do agenda-setting, McCombs & Shaw's no artigo por eles publicado 25 anos após o primeiro. No artigo *The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas* afirmam: "Essas tendências ainda são bem argumentadas para a futura produção. Primeiro, a pesquisa da agenda-setting rapidamente se expandiu para além do seu domínio

teórico original, a interface da agenda da mídia de massa e a agenda pública.” (1993, p.2).

A hipótese do agendamento apesar de ter diversos textos discorrendo sobre ela, não é considerada uma teoria. Segundo Mauro Wolf:

“No estado actual, a hipótese do agenda-setting é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, susceptível de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercidos pelos mass media, do que um modelo de pesquisa definido”.

O conceito abstrato de agenda proposto por McCombs (1972) define que a agenda é composta por objetos. Objetos que, por sua vez, são definidos como questões da vida pública ou de outros tópicos, em suma, esses objetos são determinados pontos que a sociedade e a mídia se focam.

“Por sua vez, cada um desses objetos possui numerosos atributos, são essas características e traços que descrevem o objeto. Para cada objeto também há uma agenda de atributos porque quando a mídia e o público pensam e conversam sobre um objeto, alguns atributos são enfatizados, outros ganham menos atenção, e muitos não recebem nenhum tipo de atenção.” (MCCOMBS, 1972, p.5).⁶

McCombs (1972) aponta a notável influência que a mídia tem para ajudar a definir a atenção que o público deveria dar ou não a determinados pontos-chaves da vida pública. Segundo ele pessoas, leitores e espectadores adquirem informações sobre a vida pública nessas mídias.

“Em consequência a ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” (SHAW, 1976 apud Mauro Wolf, 2002, p. 144).

Os jornais, por exemplo, guiam o público para os temas privilegiados através de seleção de assuntos que merecem ou não sair na primeira página, tamanho da fonte utilizada para cada manchete. Televisões, por sua vez, influenciam com notas rápidas que iniciam os jornais televisionados, duração da notícia, além de diversas outras técnicas.

⁶ Tradução feita pela autora.

“Essas pistas repetidas dia após dia comunica-se eficazmente a importância de cada tópico. Em outras palavras, a mídia consegue definir a agenda para a atenção pública para esse pequeno grupo de questões em volta das quais a opinião pública será formada.” (MCCOMBS, 1972, p.1).⁷

O processo de influência da mídia que leva a sociedade a analisar e discutir sobre determinados assuntos não é algo rápido e imediato. É, na verdade um processo a longo prazo. Como afirmado acima por McCombs “essas pistas se repetem dia após dia” (MCCOMBS, 1972, p.1), ou seja, há uma continuidade no relato dos temas para que desta forma os espectadores construam, organizem e assimilem esse conhecimento fornecido pelo *mass media*. A importância e o tempo que o tema se mantém na agenda varia de acordo com o interesse dos produtores de notícia e não há uma regra sobre a hierarquia dos temas. (WOLF, 2002)

A tese apresentada pelo agendamento defende a influência da mídia, o que não significa que haja persuasão ou obrigação das pessoas a resumirem seus conhecimentos a apenas o que é apresentado pelas agendas. Os meios de comunicação selecionam temas em que querem influenciar o leitor a formar uma opinião e manter em pauta, mas não forçam o indivíduo a manter-se apenas naqueles tópicos. (WOLF, 2002)

As primeiras imagens que vem a nossa mente ao falarmos ou lembrarmos-nos de fatos que aconteceram estão ligados ao que foi noticiado pela mídia e, por isso, podemos considerar que a mídia influencia o que sabemos sobre o mundo e quais partes do ocorrido devemos saber. A informação por vezes incompleta ocorre em razão das notícias serem rigorosamente selecionadas e muitas vezes não descritas em sua íntegra. (LIPPMANN, 1922 apud MCCOMBS, 1972) As figuras públicas e imagens que são estampadas nos jornais impressos e televisionados e nas revistas, influencia o que fica em nossa mente e o que nos lembramos de determinada situação.

Países com menor presença e força no cenário internacional ficam submetidos a lugares críticos dentro da hierarquia de notícias e apenas ganham lugares de destaque principalmente em momentos de conflitos. O exemplo de Líbia, Iraque, Síria que entraram na agenda apenas quando a situação dentro dos Estados

⁷ Tradução feita pela autora

encontrava-se grave. A relativa inicial falta de importância desses países deixa os leitores e telespectadores dependentes da vontade da mídia de relatar com detalhes e veracidade os acontecimentos. A partir das notícias e fotos publicadas formamos imagens desses conflitos armados. O jornal *The New York Times*, por exemplo, ao postar fotos do conflito na Líbia influenciava a formação de imagens que surgiriam na mente da sociedade a cada vez que se discutisse o assunto.

A problemática das pessoas obterem e procurarem por notícias de áreas e países que estão fora do *hall* de seu conhecimento fica, como dito, submetido aos meios de comunicação, ao contrário dos fatos que acontecem em torno de pontos de contato intenso.

“Quanto menor é a experiência directa que a pessoa têm de uma determinada área temática, mais essa experiência dependerá do mass media para se possuir as informações e os quadros interpretativos referentes a essa área. As pessoas não têm necessidade dos mass media para terem um conhecimento vivido do aumento dos preços. Essas condições, quando existem, invadem a vida quotidiana das pessoas”. (ZUCKER, 1978, p. 227 apud WOLF, 2002, p.155).

Os pontos destacados por variados meios de comunicação podem ser diferentes, o que pode resultar em divergência na forma como cada pessoa visualiza a informação dada. A cada detalhe fornecido o público forma um conjunto de imagens e perspectivas acerca do assunto tratado. Porém, apesar de toda essa influência, não podemos deixar de lado que, como pessoas mentalmente ativas, estamos aptos a determinar relevâncias e que a mídia só ganha demasiada importância e poder de influência quando as pessoas a julga como importante e correta. (MCCOMBS, 1972)

A sociedade procura informações nos meios de comunicação para suprir uma peculiaridade psicológica. Segundo McCombs (1972) os seres humanos tem naturalmente a necessidade de entender o mundo que o cerca e quando não o faz sente-se psicologicamente desconfortável. Quando se veem numa situação incomum as pessoas vão à busca de orientação nas fontes de informação para explorar e compreender o ocorrido. Encontra-se nessa condição natural dos seres humanos uma explicação para o agendamento.

A necessidade de orientação e conhecimento por ser algo nato e particular de cada indivíduo varia de pessoa para pessoa. O grau de variação depende de dois

pontos: relevância e incerteza. Algumas pessoas veem como relevante alguns tópicos e outros como dispensáveis, enquanto para outros indivíduos pode ser invertida a noção de temas dispensáveis e relevantes. Por exemplo, para alguns conflitos armados é tema relevante, porém outros não o veem com tamanha importância e se informam menos sobre este assunto. As informações que os indivíduos já possuem sobre determinado assunto determina suas incertezas e, essa incerteza, somadas à relevância vai sentenciar a atenção disponibilizada. Individualmente determina-se o poder do agendamento e o quão importante à mídia é. (MCCOMBS, 1972)

As questões de relevância e incerteza também influenciam as decisões tomadas pelo CSNU. Há distintos interesses entre os países. Países de assento permanente e não permanente objetivam chegar a um consenso nos níveis de relevância e incerteza para assim determinar como proceder em relação a determinado assunto, levando em pauta assuntos nos quais foram influenciados pelas parcerias e notícias que eles obtêm através de informantes e meios de comunicação.

A definição de algo relevante em determinados meios e assuntos reflete um movimento cíclico, onde há interação e pressão constante entre política, sociedade civil, mídia, governo e outros campos. As pressões feitas por um desses atores refletem os demais, assim como este sofre pressão dos demais, tornando um ciclo de influência e pressão. A mídia ao ter facilidade para transmitir seus interesses, pressões e agenda consegue difundir e fomentar temas que para os patrocinadores, escritores e donos do meio de comunicação sejam primordiais.

Segundo pesquisas feitas por McClure e Patterson (1976 apud WOLF, 2002) a eficácia da influência do agendamento varia entre informações capitadas em jornais escritos e televisionados. Jornais escritos como o *The New York Times* tem maior capacidade de influenciar que os televisionados, isso ocorre devido à quantidade de informação e detalhes contidos nos jornais escritos, enquanto os televisionados distribuem informações curtas, rápidas e fragmentadas. Segundo esse estudo “A informação escrita fornece aos leitores uma indicação de importância sólida, constante e visível, enquanto a informação televisiva tende, normalmente, a

reduzir a importância e o significado do que é transmitido.” (MCCLURE & PATTERSON, 1976 apud WOLF, 2002, p. 148).

Jornais televisivos tem sua influência reduzida, se comparado com jornais escritos, também devido à espetacularização e dramatização feita pelos produtores desses jornais, objetivando torná-lo mais atrativo em prol dos altos níveis de audiência. A espetacularização segundo McClure & Patterson (1976 apud WOLF, 2002) leva a cobertura de temas por vezes marginalizados e superficiais. Esses fatores que diferenciam os jornais escritos e televisionados foram determinantes para a escolha da mídia utilizada por essa monografia. O jornal *The New York Times* é um dos mais conceituados jornais escritos de alcance mundial.

Com o advento da internet, sua crescente capacidade de difusão de informação e com a facilidade de se criar algo novo e pessoal esses padrões de cobertura e influência dos jornais escritos ou televisionados sofreram alteração. A sociedade atual utiliza e busca se informar em grande parte pela internet. A internet fornece informações sobre determinado acontecimento ou tema de forma simultânea. A mudança de padrão de fonte para busca de informação é clara. Os jornais escritos e televisionados ao tentarem se adaptar e não perder espaço atualizou-se e introduziram-se neste meio de comunicação, veiculando notícias tanto na sua forma original, como online.

A interatividade dos meios de comunicação se tornou algo comum. Atualmente é raro um jornal bem conceituado e com grande espaço de atuação não ser inserido e não ter complementarmente formato digital. A adaptação dos jornais impressos para jornais digitais tornou-se importante para manter os leitores e a sua capacidade de cobertura e influência na escolha da agenda. O jornal *The New York Time* em Janeiro de 2008 expandiu seu jornal impresso para a forma digital, objetivando ampliar o alcance de suas notícias e manter-se como jornal influente e de alta qualidade.

2. AS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA E A METODOLOGIA DE PESQUISA

O Conselho de Segurança (CSNU) é um dos órgãos que compõe a Organização das Nações Unidas. Apresenta como fundamento teórico a responsabilidade de zelar pela paz e segurança mundial. O CSNU é órgão das Nações Unidas com poder obrigatório, ou seja, suas decisões devem ser acatadas por todos os países integrantes. O CSNU é composto por 15 membros, sendo cinco assentos permanentes⁸, os demais assentos, não permanentes, são ocupados durante um período de dois anos, não reelegíveis, por países eleitos pela Assembleia Geral. Para sentenciar suas decisões e ações sobre determinado conflito e os direitos e deveres do país afetado e dos países membros, são redigidas resoluções. (LASMAR & CASARÕES, 2006).

No presente capítulo será descrito o processo por meio do qual se cria essas resoluções e os efeitos que este documento tem. Serão também apresentados os meios de pesquisa utilizados que verificarão no terceiro capítulo da existência ou não de influência midiática nos aspectos de criação e conteúdo dessas resoluções.

2.1 As resoluções do CSNU

As decisões tomadas pelo CSNU tem repercussão mundial e por vezes afeta vários países de diversos modos. As questões políticas, econômicas, sociais, militares e de outros campos internos e internacionais sofrem impactos de acordo com suas ações e determinações. O CSNU possui tanto decisões processuais como não processuais nesta monografia focaremos nas questões não processuais, mais especificamente, nas resoluções. (DROUBI, 2006)

Resoluções do CSNU são instrumentos de valor jurídico expresso e negociado pelo conselho, que descrevem e apontam objetivos e resultados a serem alcançados por seus Estados-Membros. Na estrutura da resolução encontra-se, obrigatoriamente, cabeçalho contendo título, número da resolução, data e símbolo oficial. Há a divisão do corpo da resolução em cláusula introdutória, estas, como já informa a própria denominação, vem no início da resolução, introduzindo-a. Não

⁸ Os assentos permanentes atualmente são ocupados pelos Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido.

sendo numeradas, as cláusulas introdutórias inserem e contextualizam o tema da resolução. Na segunda parte do corpo da resolução são apresentadas cláusulas operativas onde se apresenta e gera compromissos para os Estados-Membros. O cabeçalho somado as cláusulas introdutórias e operativas formam a resolução. (CASTRO, 2007).

Todos os países tem o direito afirmado pelo art. 35⁹ da carta das Nações Unidas a solicitar atenção do CSNU. A apresentação de uma resolução para o CSNU pode ocorrer de duas formas, podendo ser redigida e apresentada por um dos 15 países membros, ou por países não membros, desde que sejam patrocinadas por um desses 15 países. Resoluções minutas por mais de um país tem co-patrocinadores (CASTRO, 2007)

Países que não integram os assentos permanentes e não permanentes poderão solicitar, como sustentado pelo artigo 35, a atenção do Conselho de Segurança para temas de conflito, ameaça ou controvérsia. Para participar, estes países tem que pedir participação como membro *ad hoc*, ou seja, membro exterior aos 15 países membros. Função do CSNU como Secretaria Geral, igualmente possui o poder de solicitar a atenção do conselho para algum tema ou país regulamentado por artigo da carta das Nações Unidas¹⁰. Em ambos os casos precisa-se fazer uso de formalidade. Sendo elas:

“(...) Para apreciação do CSNU ocorrerá por meio de um pedido formal de reunião para debates da matéria, com uma minuta já negociada previamente ou sem a minuta a ser debatida. A solicitação de reunião formal deve constar na “ordem do dia”, e ter a anuência da presidência do CSNU, cujo ocupante varia mensalmente, de forma rotativa e na ordem alfabética, na língua inglesa, dos países-membros.” (CASTRO, 2007, p. 108).

As resoluções e demais questões não processuais para vigorarem devem passar por votação. Todos os 15 países votam, mas apenas os cinco com direito a

⁹ Artigo 35 da carta das Nações Unidas: “1. Qualquer Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia, ou qualquer, situação da natureza das que se acham previstas no Artigo 34. 2. Um Estado que não for Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer controvérsia em que seja parte, uma vez que aceite, previamente, em relação a esse controvérsia, as obrigações de solução pacífica previstas na presente Carta. 3. Os atos da Assembleia Geral, a respeito dos assuntos submetidos á sua atenção, de acordo com este Artigo, serão sujeitos aos dispositivos dos Artigos 11 e 12.”

¹⁰ O Artigo 99 da Carta das Nações Unidas relata a possibilidade do Secretário Geral chamar a atenção do CSNU. “O Secretário-Geral, poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacionais.”

assento permanente tem o poder de vetar as propostas enviadas. As resoluções são aprovadas quando obtém no mínimo nove votos positivos, sendo que, sob as condições de veto, desse mínimo de nove votos, cinco tem que obrigatoriamente ser dos Estados permanentes. Caso um deles vá contra, a proposta é finalizada e não entra em vigor. (LASMAR & CASARÕES, 2006)

Nas resoluções que tratam da Líbia, apesar de possibilidade de ser negada, através do veto por parte de um dos países de assento permanente, nenhuma das resoluções que foram apresentadas receberam vetos. A resolução 1973 - 17 de Março, por exemplo, foi aprovada por 10 votos a favor, nenhum contra e 5 abstenções.

O CSNU faz uso dos artigos e fundamentos contidos na Carta das Nações Unidas, composta por um preâmbulo e cento e onze artigos, divididos em dezenove capítulos. O capítulo V contém os artigos que relatam sobre composição, membros permanentes, veto, como o conselho funciona e as obrigações dos países membros e os dois capítulos seguintes complementam, relatando os modos de intervenção. O artigo 25¹¹ é um dos principais artigos, pois reafirma o compromisso dos Estados-membros de execução das decisões do CSNU. (RIBEIRO, 1998)

As discussões e decisões no âmbito do CSNU têm entre elas relativa hierarquia. Os temas que entram na agenda deste órgão são avaliados de acordo com o quão grave e ameaçadora encontra-se a situação, poder político e interesse dos Estados-membros. A hierarquia de temas dentro do CSNU reflete na repercussão do debate exterior ao CSNU, assim como na nomenclatura e a base jurídica da solução (CASTRO, 2007) Perpassando a temática de acordo com a gravidade nos deparamos com denominações como: matérias ou questões, situações ou disputas e em temas graves ameaças a paz ou atos de agressão.

Seguindo a lógica hierárquica dos temas é utilizado o Capítulo VI, por tratar de Soluções pacíficas das controvérsias, para temas denominados matérias e questões. Aplica-se o Capítulo VII, ação coercitiva e intervenção do CSNU, quando a situação encontrar-se deteriorada. (CASTRO, 2002) A passagem da discussão e

¹¹ “Os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta.” ESTADOS UNIDOS. Carta da Organização das Nações Unidas.

influência para além do CSNU, assim como o oposto, focando essencialmente na Líbia, será posteriormente discutida e analisada no próximo capítulo desta monografia.

As resoluções não tem carácter imediato, ou seja, sua aplicação fica vinculada a problemas dos fatores formais e/ou fatores materiais. Os fatores formais dizem respeito à necessidade de incorporar os dispositivos das resoluções primeiramente no direito interno para depois aplicá-las às jurisdições nacional que nem sempre são compatíveis com as determinações da resolução. O conteúdo da própria resolução, entrave para imediata aplicabilidade das resoluções, descreve resultados a serem alcançados pelos Estados. Deixa-se que cada parte eleja os meios e instrumentos necessários para atingi-los. Contudo normalmente os Estados não os têm instantaneamente, assim como para determinar como e quando os instrumentos serão aplicados. (DROUBI, 2006).

“Deverá o Estado-Membro- o intermediário incontornável na sua aplicação- desdobrá-la em detalhes que a tornem factível de cumprimento pelos particulares, pelas autoridades, por vezes autoridades militares, e, finalmente, mas não de somenos importância, pelos tribunais pátrios. A forma de *desdobra-lá*, evidentemente, varia de Estado para Estado. Em alguns casos, essa forma materializa-se, ou deve se materializar em lei.” (DROUBI, 2006, p. 26)

Na década de 1990 o CSNU aumentou consideravelmente a quantidade de resoluções. Esse período ficou conhecido como a Década das Sanções. De 1990 a 1996 houve 107 resoluções. Ao compararmos esses seis anos, com os primeiros 44 anos de criação do CSNU, em que foram adotadas somente 22 resoluções. Desta forma visualizamos como houve um aumento visível. O ano de 1990 foi um marco nesse sentido, não havia anteriormente uma participação tão enérgica de uma organização no tocante a solucionar conflitos internacionais. (DROUBI, 2006)

“Todo esse sistema de tomada de decisões pelo Conselho – que se denomina sistema de segurança coletiva, pois visa a manter a paz e a segurança internacionais- se estrutura a partir da obrigação de todos os Estados – Membros de cumprir, fazer cumprir e auxiliarem-se no cumprimento das decisões obrigatórias do Conselho. Essas obrigações consta dos artigos 2 (5) (princípio da assistência dos Estados – Membros às Nações Unidas no cumprimento de medidas impostas conforme a Carta), 24 (principal responsabilidade do Conselho pela paz e segurança internacionais) 25 (obrigação de cumprir e fazer cumprir as decisões obrigatórias do Conselho) 48 (ação necessária para o cumprimento das decisões obrigatórias do Conselho e 49 (mútua assistência no cumprimento das decisões obrigatórias).” (DROUBI, 2006, p.8).

As resoluções podem ter caráter obrigatório e não obrigatório. Isso depende e é analisado de acordo com cada caso, levando em conta a linguagem e conteúdo de cada resolução. A distinção entre o caráter obrigatório ou de recomendação é complexa. Por essa razão antes da aprovação das resoluções todos os países que compõe o CSNU tem que interpretar cuidadosamente cada circunstância. Segundo Droubi (2006, p. 13): “A investigação do caráter de uma resolução deve contar, *sempre*, com a análise (i) dos dispositivos da Carta que servem de substrato para a decisão investigada (ii) das circunstâncias que justificaram a sua adoção, (iii) das discussões que precederam a adoção e (iv) dos termos da própria decisão.”.

As resoluções carregam função política e diplomática. Vê-se nos votos favoráveis, no veto e na própria criação da resolução pontos positivos para possíveis negociações, aproximações e afastamentos. Estados não participantes do CSNU, por exemplo, publicam notas na imprensa apoiando ou repudiando as resoluções, aproveitando as vantagens de negociação que as resoluções proporcionam. Esse uso da mídia para expor opiniões estatais influencia a forma que a sociedade vê o país que publicou como também serve de instrumento de pressão para as possíveis decisões e modificações acerca da resolução dentro do conselho. (DROUBI, 2006)

Somado a função política e diplomática enlaçada nas resoluções, encontramos também o teor jurídico. Juntos estes três elementos formam o que os autores defendem e denominam de trisseccionalidade das resoluções. A análise é feita a partir da importância do CSNU. Considerado o ponto central da manutenção da ordem mundial e por suas reuniões decidirem ações e resultados que afetam 193 países, atualmente signatários da Carta das Nações Unidas e conseqüentemente integrantes do Conselho de Segurança. (CASTRO, 2007)

A política dentro das resoluções são as relações entre os Estados- Membros, partindo do pressuposto que as resoluções são formuladas por esses países e vão de acordo com seus interesses. A posição de poder imposta pelos cinco países detentores de assentos permanentes e as eleições para seleção dos demais dez países para comporem os assentos não permanentes, também representam a esfera política do CSNU e das resoluções. Outro ponto importante é o relacionamento desses com os demais países e com os países afetados. A seleção

dos países em que o CSNU e as resoluções devem refletir é uma constante relação política. (CASTRO, 2007)

A linguagem diplomática é utilizada tanto na comunicação oral quanto na escrita pelos Estados do CSNU. O segundo aspecto da trisseccionalidade, o âmbito diplomático, é notado quando analisado a forma de comunicação existente entre os representantes dos países e pela composição do quadro da ONU e do CSNU, assim como no texto das resoluções. As formas de expressão são cuidadosamente analisadas uma vez que representam a voz e as vontades de um Estado, sendo palavras meios operacionais de persuasão e negociação. O discurso mal feito pode resultar em impactos negativos ou mal interpretado para o país do locutor. (CASTRO, 2007)

O terceiro pilar da trisseccionalidade das resoluções, a dimensão jurídica, é representada pelo caráter jurídico das resoluções, apresentada como documento oficial, que vincula direito e deveres a ser cumprido pelos Estados – Membros e Estados afetados. Criando assim normas para os 193 países. As cláusulas operativas representam e ilustram o aspecto jurídico das resoluções do CSNU. (CASTRO, 2007)

A soma desses três pilares que formam a trisseccionalidade das resoluções proporciona poder, legitimidade e aplicabilidade para o corpo da resolução. Transformando-a de meio de comunicação escrita, para direitos e deveres e sanções a serem aplicadas. Desta forma as resoluções escritas condicionadas a solucionar os problemas na Líbia ganharam legitimidade e criaram direitos e deveres a serem seguidos pelos governantes.

Vê-se logo na parte introdutória das resoluções para a Líbia a trisseccionalidade das resoluções, são utilizadas palavras que carregam conceitos e intenções políticas, diplomática e jurídica. Faz-se uso de palavras como expressando, lamentando, condenando, considerando, reinterando, entre outras. As linguagens das resoluções são simples, mas demonstram vontades e determinações poderosas.

2.2 Metodologia de pesquisa

Nesta monografia os métodos de pesquisa utilizados relacionaram temas de Relações Internacionais e temas de Mídia e Comunicação. Foram utilizados, além das bases teóricas construtivistas e da hipótese do agendamento, textos oficiais e textos de notícias diárias, a fim de produzir estudo que demonstre se há ou não a cobertura e ação de forças midiáticas sobre textos oficiais.

Os textos oficiais utilizados foram, como já apresentados, as resoluções do Conselho de Segurança, produzidas e aprovadas no período de 2011, que reflitam, relatem e foquem nos problemas da Líbia. Os textos completos das resoluções foram retirados do site oficial do Conselho de Segurança. A Líbia foi tema de seis resoluções que receberam votos positivos e, por isso, entraram em vigor no ano de 2011. As resoluções dataram-se, respectivamente, em 26 de Fevereiro, 17 de Março, 16 de Setembro, 27 de Outubro, 31 de Outubro e em 2 de Dezembro.

O *The New York Times* publica notícias diárias na forma impressa e online. No site de notícias *The New York Times online* as notícias são constantemente atualizadas de forma quase simultânea aos fatos ocorridos. Representando a ação midiática foram escolhidas as reportagens publicadas neste veículo online. As notícias selecionadas foram às compreendidas no período de Janeiro a Dezembro de 2011. A seleção de notícia, em busca de apurar como é a cobertura e influência que os artigos carregam em seu conteúdo, passou por seleção, além da demarcação de data, uma vez que objetiva-se focar apenas em tópicos que relacionem Líbia com o Conselho de Segurança.

As palavras chaves procuradas na ferramenta de busca do próprio site *The New York Times online* foram simultaneamente Líbia, resolução e Conselho de Segurança, sendo que foram selecionados apenas artigos escritos por jornalistas que compõe o jornal, excluindo colunas, blogs, textos de opiniões, vídeos e outras multimídias. No entanto, foram englobadas também outras notícias que pudessem relacionar e complementar as originalmente selecionadas. A seleção inicial foi feita a partir dos títulos das notícias e, no segundo momento, analisados os textos do corpo da notícia.

Os critérios escolhidos para selecionar as notícias que foram analisadas resultaram na escolha de 149 artigos publicados pelo *The New York Times online*: a primeira publicada no dia 22 de Fevereiro e a última no dia 27 de Outubro. As datas das notícias resumem-se apenas até o dia 27 de Outubro, pois após essa data não foram encontradas mais notícias que fazem referência às seis resoluções do Conselho de Segurança.

Para facilitar a busca, todos os títulos das notícias foram relacionados em tabela, anexada neste trabalho, sendo organizadas por meses e pelas datas. No decorrer da comparação entre a agenda e os conteúdos das resoluções e das notícias alguns_desses demonstraram-se mais relevantes e, por isso, ganharam maior destaque durante o texto da monografia.

Mensurar a influência é algo complexo, que demanda a junção e comparação de demasiadas fontes e que oferece grandes chances de ser um trabalho falho e incompleto. O objetivo do terceiro capítulo e o método de pesquisa aplicado possui o propósito de verificar a cobertura pelos meios de comunicação dos acontecimentos relacionados às resoluções do CSNU para a Líbia, assim como comparar se os temas da agenda de ambos coincidem e, caso verificado que possuem semelhanças, descrever quais foram as visualizadas.

3. A COBERTURA DO *THE NEW YORK TIMES* SOBRE AS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A LÍBIA

A Líbia, país situado no continente africano, esteve durante mais de 40 anos sob liderança do ditador Muammar el-Kadafi. No mês de fevereiro de 2011 rebeldes iniciaram e incitavam as primeiras revoltas contra o ditador em busca de libertar o país. Os protestos iniciaram-se na cidade de Benghazi, sendo o ponto principal dos rebeldes. Os protestos, ações dos rebeldes e, em contrapartida, a intensa repressão do governo ditador deixou o país em situação de calamidade e com altos índices de mortos.

Internacionalmente a Líbia tornou-se tema da agenda. Diversos países declararam-se opositores ao governo ditador de Muammar el-Kadafi e requereram seu afastamento do governo e liberdade aos cidadãos. Os protestos internos e internacionais, juntamente com a permissão de intervenção autorizada pela ONU e as resoluções do CSNU resultaram no afastamento de Muammar el-Kadafi do governo em Agosto e sua morte no dia 20 de outubro.

A análise da cobertura a ser descrita e analisada neste terceiro e último capítulo foi no contexto das explosões das revoltas contra o governo ditador de Muammar el-Kadafi e a intervenção internacional no conflito. Serão comparadas a agenda do CSNU e suas resoluções com a agenda da mídia, sendo essa representada pelo jornal norte americano *The New York Times*.

O jornal *The New York Times* organizou em seu site uma página contendo informações básicas acerca do conflito na Líbia e conexões com links de notícias publicados pelo jornal. Nas 149 notícias selecionadas observa-se pelo menos 20 nomes de diferentes jornalistas que fizeram a cobertura da crise no país e das resoluções do CSNU. Da média dos 20 jornalistas, quatro destacaram-se na quantidade de notícias publicadas, sendo eles Helene Cooper, David Kirkpatrick, Steven Erlanger e Mark Landler.

Steven Erlanger é o chefe do escritório em Jerusalém do *The New York Times*, Mark Landler e Helene Cooper são correspondentes da casa branca, ambos já cobriram notícias de vários pontos do mundo, Helene Cooper já relatou casos de

64 países, indo do Paquistão até o Congo, Mark Landler por sua vez já cobriu 67 países, sendo notícias do Afeganistão até Iémen. David Kirkpatrick é o único que jornalisticamente não dedicasse apenas ao *The New York Time*.

As notícias relatam o conflito entre o ditador Kadafi e os rebeldes contrários a seu governo com bastante detalhamento. Há, porém em determinados pontos da cobertura conflito de informação entre algumas das notícias.

Há diversas formas de se comparar e a cada método de comparação levam-se em conta distintos fatores. As formas de comparação nesse capítulo levarão em conta as datas das publicações e aprovações das resoluções assim como as das publicações das notícias. Comparar-se-á também os assuntos relatados em ambos e a maneira como esses são enfatizados.

3.1 A cobertura do *The New York Times* e a comparação das agendas

O conflito da Líbia teve início no mês de fevereiro de 2011, sendo que a primeira resolução retradando direitos e deveres na tentativa de minimizar e acabar com o conflito interno e reduzir os resultados negativos para a população do país foi em 26 de fevereiro de 2011, sendo esse documento aprovado com unanimidade pelos países do CSNU. A resolução 1970 (2011) foi o primeiro documento do CSNU em que os países membros expressaram preocupação com a situação dentro da Líbia e condenaram as formas de violência contra os cidadãos.

Nesta resolução expressou-se no primeiro artigo que deveria ocorrer o fim imediato da violência. Nos artigos subsequentes foram impostos embargo ao fornecimento, venda ou transferência de armas e todos os tipos de equipamentos de guerra para a Líbia, assim como os países membros do CSNU deveriam impedir a entrada e a passagem de Kadafi, seus parentes e funcionários dentro de seus territórios, salvo se comprovado que a viagem é de teor humanitário ou religioso, resolução de processos judiciais ou em função de tentativa de avançar em tratado de paz. (RESOLUÇÃO 1970, 2011)

Foram congelados todos os bens de Kadafi, seus parentes e pessoas a ele ligado e imposto sanções a estes. Relacionado aos países membros estes

obtiveram permissão no artigo 26 para enviar assistência humanitária para a Líbia, devendo tomar todas as medidas necessárias para possibilitar a entrada e retorno a Líbia das agências humanitárias.

A resolução 1970 (2011) apesar de dar início à atuação do CSNU na Líbia, não foi a principal resolução e não ganhou destaque por parte das notícias do *The New York Times*. Das 149 notícias selecionadas e com relação direta com essa resolução, apenas sete relatou as discussões anteriores até a sua aprovação, sendo as notícias compreendidas do dia 22 de fevereiro a 26 de fevereiro.

A notícia “*U.S. condemns Libyan tumult but makes no threats*”, publicada em 22 de fevereiro, por Mark Landler (2011), apontava a desaprovação dos Estados Unidos para com o ditador Muammar el-Kadafi, resultado não apenas das agressões que ocorriam contra as pessoas contrárias ao seu governo, mas também devido a relatos sobre os atos habituais do ditador informado pelo *Wikileaks*. Os Estados Unidos segundo essa reportagem tentava influenciar por meio de conversas diplomáticas as ações do governo do país e considerava a possibilidade de impor sanções por meio de resoluções do CSNU.

Em 25 de fevereiro, A notícia “*U.S. imposes sanctions on Libya in wake of crackdown*” (COOPER & LANDLER, 2011), relatou a imposição unilateral de sanções pelos Estados Unidos. A embaixada na capital da Líbia foi fechada e houve congelamento dos ativos governamentais da Líbia nos Estados Unidos. Essas ações foram anunciadas e concretizadas, segundo a notícia, minutos depois que o avião contendo os últimos cidadãos estadunidenses com interesse de sair do país em conflito levantou voo.

A desaprovação da França e do Reino Unido para com a atuação do ditador foram também relatadas. Ambos pediram para o Conselho de Segurança aprovar o embargo de armas e outras sanções multilaterais a Líbia, assim como também denunciar Kadafi para o tribunal de crimes de guerra. (COOPER & LANDLER,2011)

As notícias escritas por Mark Landler (2011) e pela jornalista Helene Cooper (2011) afirmavam que era provável demora na aprovação de resolução com cláusulas que impunham sanções a Líbia. A dificuldade consistia segundo a notícia de Mark Landler (2011) “uma vez que o Conselho de Segurança teria que comprovar

o caso contra a Líbia – o que seria difícil, dado ao caos na região”.¹² Helene Cooper e Mark Landler (2011) relatavam que qualquer resposta só seria provavelmente concedida depois de uma semana da proposta exposta pela França e Reino Unido. As tendências apontadas por essas duas notícias não se cumpriram, nesse último caso a resolução foi aprovada no dia após sua publicação.

O conteúdo especulado por ambas as notícias supracitadas e as vontades dos Estados Unidos, França e Reino Unido, por elas apontadas, refletem os pontos primordiais da resolução de 1970, que trouxe em seu conteúdo diversas cláusulas que tratavam de embargo de armas, congelamento de ativos e a investigação pela Corte Criminal Internacional dos crimes contra a humanidade. Ambos os jornalistas, Mark Landler e Helene Cooper (2011), publicaram uma das notícias que fizeram a cobertura e publicação dos termos e acontecimentos envolvendo a primeira resolução. O objetivo dos países do CSNU e da resolução era conforme as notícias isolar diplomaticamente a Líbia.

Os artigos publicados pelos jornalistas do *The New York Times* cobriram o envio de ajuda humanitária oferecida pelos países do CSNU. A cooperação humanitária após a regulamentação através da resolução 1970 foi iniciada pela França. As notícias descreviam que a França queria incitar uma massiva operação na Líbia para ajudar os cidadãos e libertá-los do governo de Muammar el- Kadafi. A guerra na Líbia iniciou segundo Sarkozy “uma nova era nas relações entre esses países”¹³ (2011 apud ERLANGER, 2011, p.1) Os relatos da atuação da França nesse primeiro momento da o entender de que havia orgulho por parte dos líderes europeus por serem os pioneiros no envio de médicos e medicamentos para a Líbia.

Muammar el- Kadafi fez, segundo a reportagem “*Qaddafi vows to fight to the last man*” (KIRKPATRICK, 2012) discurso de três horas que continha distribuição de brindes para o público, promessas de mudanças e criação de constituição, e de retaliações. Alegou em seu discurso que o CSNU aprovou resolução sem nem investigar a situação no país primeiro. O ditador criticou também a cobertura feita pelos jornalistas estrangeiros que ele convidou a entrar no país, segundo Kadafi os jornalistas não deveriam saber nem sobre o clima da Líbia.

¹² Tradução feita pela autora.

¹³ Tradução feita pela autora.

Temas como o interesse em se delimitar uma zona de exclusão aérea e a intervenção militar por parte principalmente dos Estados Unidos também entraram na pauta dos países membros do conselho e da mídia. Segundo a publicação do jornalista John Broder (2011):

“Funcionários da administração de Obama mantiveram negociações no Domingo com europeus e outros aliados do governo para preparar planos para a possível imposição de área de exclusão aérea sobre a Líbia para prevenir mais mortes dos cidadãos pelas forças leais ao coronel Muammar el-Qaddafi” (2011, p1)¹⁴

Aponta-se, porém, que para se instituir a zona de exclusão aérea era necessário o debate entre as 15 nações integrantes do CSNU. Nesse período da primeira resolução o ato ainda demonstrava-se improvável, conforme os artigos e fala dos líderes do CSNU apenas haveria alteração desse status caso ocorresse aumento da violência estatal e uso de aeronaves contra os cidadãos na Líbia. (BRODER, 2011) Havia segundo os jornalistas medo de piora na situação da Líbia com a criação dessa zona de exclusão aérea.

No decorrer das notícias visualiza-se a possível capacidade e poder dos Estados Unidos para incentivar a determinação de assuntos na agenda de comunicação, assim como do CSNU. A constatação dessa possibilidade de influência por parte dos Estados Unidos é refletida quando analisamos que o primeiro relato ao CSNU foi apresentado pelo país, assim como o início das notícias sobre resoluções para a Líbia foram reflexo desse ato. A imposição de sanções unilaterais pelos Estados Unidos, um dia antes a aprovação de sanções multilaterais, deu a impressão de que a rapidez com que a resolução foi aprovada, após ser levada ao conselho pela França e pelo Reino Unido, foi em consequência desse ato anterior.

A ordem cronológica que dá impressão da capacidade dos Estados Unidos em influenciar a agenda das resoluções e do *The New York Times* é descrita no parágrafo inicial de uma das notícias que narraram à aprovação da resolução 1970.

“Um dia após os Estados Unidos fechar sua embaixada em Trípoli e impor sanções unilaterais contra a Líbia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas prepara-se para se encontrar em Nova York no sábado para considerar a imposição de sanções internacionais, incluindo embargo de armas e congelamento de ativos e proibição de viagens contra coronel

¹⁴ Tradução feita pela autora.

Muammar el-Qaddafi, seus parentes e membros chaves do seu governo” (COOPER & LANDLER, 20011, p.1) ¹⁵

A temática da determinação de área de proibição de atividades aérea e a intervenção militar entraram na pauta de ambas as agendas também a partir das declarações de interesse do governo de Obama em impor esse tipo de limitação.

A liga árabe também pediu que o CSNU impusesse a área de exclusão aérea. O grupo de 22 países, em uma rara ação, pediu a intervenção ocidental.

“ao convidar o ocidente para tomar tais medidas, fica claro a forma como os Estados Unidos e a Europa pressionam por uma resolução forte do Conselho de Segurança e para enfrentar as objeções da China e da Rússia, que tradicionalmente opõem-se a intervenção estrangeira em países com disputas internas.” (BRONNER & SANGER, 2011, p.1) ¹⁶

O aumento do uso da força por parte do Líder Kadafi e seus seguidores, além de algumas áreas do país, principalmente cidades que contém refinaria de óleo, que eram tomadas pelos rebeldes, ser atacadas pelo ditador, juntamente com as pressões dos países do CSNU para impor sanções mais restritivas, resultaram na criação e aprovação da resolução 1973.

Nesta resolução aprovou-se a zona de exclusão aérea, que é “o estabelecimento de uma proibição de todos os voos no espaço aéreo da Líbia” ¹⁷ (RESOLUÇÃO 1973, 2011, p.1), excluiu da proibição aviões contendo ajuda humanitária, voos para retirar estrangeiros da Líbia e voos de países membros do CSNU que fossem necessários e em benefício para os cidadãos líbios. Deliberou-se também a intervenção militar dos países membros do CSNU. Esses dois fatos, principalmente o primeiro, deram a essa segunda resolução maior relevância do que a primeira e também mais cobertura por parte da mídia.

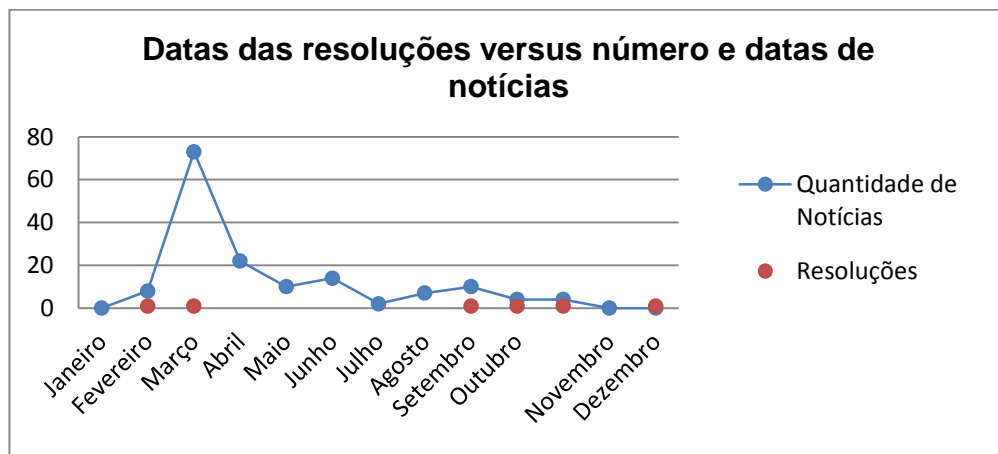
Ao se comparar as datas das 149 notícias com as datas das resoluções a relevância da segunda resolução frente às demais é clara. O gráfico a seguir ilustra a comparação entre as datas. Foram comparados os meses em que as resoluções foram aprovadas com a quantidade de notícias publicadas em cada mês, objetivando demonstrar a fase de maior cobertura das notícias do *The New York Times*.

¹⁵ Tradução feita pela autora.

¹⁶ Tradução feita pela autora

¹⁷ Tradução feita pela autora

GRÁFICO 1: A aprovação das resoluções versus publicações de notícias



Fonte: Elaborado pela autora.

Visualiza-se, além da alta cobertura compreendida no mês de março, que no mês de dezembro, período da aprovação da última resolução, não foi encontrado, pela seleção, descrita na metodologia de pesquisa, notícias que relatem as determinações expostas pela resolução, nem as consequências dessas. A quinta resolução do CSNU também não foi englobada pelas notícias selecionadas. A falta de cobertura das duas últimas resoluções pode ser relacionada com a retirada das tropas e o fim da intervenção militar determinado pela quarta resolução.

Anterior à aprovação da resolução 1973 houve diversas notícias que relatavam a dificuldade de impor pela segunda vez na história do CSNU a zona de exclusão aérea. Tema que tanto a agenda do CSNU como a das notícias englobaram. A imposição ou não da zona de exclusão aérea foi igualmente tema da agenda do G-8. O Reino Unido e a França pressionavam a favor da Zona aérea, enquanto Alemanha e Rússia se opunham e os Estados Unidos foram cautelosos, já que parte das suas tropas se encontrava engajada no Iraque e no Afeganistão, dando assim resposta diplomática sobre o tema.

“Depois de dias de debate, jogando contra um relógio desesperado, as tropas do coronel Qaddafi avançadas 100 milhas para dentro da capital dos rebeldes Benghazi, Líbia, o Conselho de Segurança autorizou as nações membros a tomar “todas as medidas necessárias” para proteger os cidadãos, palavras em códigos diplomáticos chamava para a ação militar” (BILEFSKY & LANDLER, 2011, p.1)¹⁸

¹⁸ Tradução feita pela autora

A resolução 1973 foi aprovada com 10 votos a favor e cinco abstenções de votos, sendo as abstenções por parte da Rússia, China, Alemanha, Brasil e Índia. No conteúdo inicial da resolução lamentava-se o fato do ditador Muammar el- Kadafi não ter cumprido a resolução 1970, apontava a desaprovação dos países membros do conselho, assim como da liga árabe com os ataques feitos a população e a solicitação expressada pela Liga de criação da zona exclusão aérea.

A notícia da aprovação de resolução mais rígida e ofensiva foi recebida com celebração pelos rebeldes, porém Kadafi declarou que se armados os rebeldes isto seria incentivo para os Líbios se matarem. (BILEFSKY & LANDLER, 2011) Nas notícias sobre a aprovação da resolução 1973 há inúmeras opiniões de líderes de Estados e diplomatas descrevendo suas visões sobre as possíveis consequências da resolução para o país e para o mundo e como esta resolução seria implementada.

A influência dos Estados Unidos na agenda mostrou-se também nas notícias dessa resolução. Segundo Bilefsky e Landler (2011) na notícia *As U.N. backs military action in Libya, U.S. role is unclear* países como Reino Unido e França esperavam a publicação da forma como os Estados Unidos iriam agir para posteriormente decidirem como posicionar-se.

A resolução 1973:

“deixou diversas questões sobre quem deveria assumir as responsabilidades, qual o papel dos Estados Unidos e se ainda tinha tempo o bastante para impedir o coronel Kadafi de retomar Benghazi e parar uma rebelião que parece que provavelmente o levará de volta ao poder.” (BILEFSKY & LANDLER, 2011, p.1)¹⁹

O trecho acima transcrito resume os principais tópicos discutidos pelo CSNU, assim como os relatos publicados nos artigos do jornal. As cláusulas colocadas na segunda resolução podem ser consideradas as principais e mais críticas dos temas da agenda. Ambos, CSNU e mídia, estavam atentos e em constante discussão, pois a intervenção na Líbia serviu como mais um teste da habilidade e possibilidade da ação coletiva para finalizar um conflito civil e expulsar ditadores do poder. Reunindo poderio militar não só ocidental, mas também árabe.

¹⁹ Tradução feita pela autora

A reação do ditador, segundo as notícias, foi anunciar um ataque em Benghazi. No seu aviso de ataque, por meio de um programa de rádio, o ditador disse que perdoaria e não atacaria os que abandonassem as armas, porém não teria compaixão para com aqueles que continuassem a afrontá-lo. A reação negativa de Kadafi e a escolha de confrontar os rebeldes entraram na pauta da agenda dos países do CSNU, assim como na do jornal. O presidente Obama pediu para que o ditador cessasse fogo imediatamente e esse pedido não seria negociável. (KIRKPATRICK & FAHIM, 2011)

A dúvida sobre atuação dos Estados Unidos findou quando Hilary Clinton e seus assessores em reunião com o presidente Barak Obama o convenceram de enviar tropas estadunidenses para o país africano. O presidente dispôs que planos militares fossem criados. No dia seguinte o pedido foi enviado para a Casa Branca e aprovado pelo presidente. Obama permitiu que pilotos americanos fossem se agrupar com os europeus e árabes nas investidas militares contra o governo Líbio. A cooperação militar dos Estados Unidos seria, no entanto, limitada ao envio de pilotos, excluindo o envio de tropas terrestres e sua atuação teria prazo reduzido. Discordância sobre o nível da atuação estadunidense entre integrantes do próprio governo e por outros líderes foram assinalados em determinadas notícias. (COOPER & MYERS, 2011)

As intervenções militares tiveram início em 19 de Março de 2011, segundo Kirkpatrick, Erlanger e Bumiller (2011) na notícia *Allies open air assault on Qaddafi's forces in Libya* o ataque contra Kadafi com mísseis, aviões de guerra foi numa escala anteriormente vista apenas no ataque ao Iraque.

“A missão imposta pelas sanções de zona de exclusão aérea do Conselho de Segurança conserva o coronel Kadafi do uso do poder aéreo contra as forças rebeldes sitiadas e retratadas pelos oficiais do Pentágono e OTAN como sob liderança francesa e britânica.” (KIRKPATRICK; ERLANGER & BUMILLER, 2011, p.1).²⁰

O trecho acima transcrito do artigo *“Allies open air assault on Qaddafi's forces in Libya”* refere-se e faz cobertura do parágrafo seis²¹ da resolução 1973.

²⁰ Tradução feita pela autora

²¹ “6. Decide estabelecer uma proibição em todos os voos no espaço aéreo da Líbia a fim de ajudar e proteger os civis;”

A dúvida em como atuar resultava no debate dos países membros do conselho e da mídia em como o ditador responderias as investidas militares estrangeiras e as consequências para os cidadãos que vão contra o governo ditador. O presidente Obama em sua vinda ao Brasil falou em discurso sobre as incertezas, frisando o tema da agenda do próprio país e dos integrantes do CSNU, neste caso, principalmente França e Reino Unido, que desde o início, incitaram o uso de forças militares na Líbia. Em seu discurso Obama afirma:

“Estou profundamente consciente dos riscos de ação militar, não importa quais limites impomos sobre ele. [...] Quero que os cidadãos americanos saibam que o uso da força não é nossa primeira opção, e não é uma opção que faço facilmente. Mas nos não podemos ficar de braços cruzados quando um tirano diz a seus cidadãos que não haverá compaixão”. (KIRKPATRICK; ERLANGER & BUMILLER, 2011, p.1).²²

Os Estados Unidos, com sua intensa participação nas decisões acerca dos temas da agenda do CSNU e seus países membros, são analisados pelas publicações do jornal *The New York times*. Como anteriormente já citado o país atua com poder de influência e capacidade de determinar e escolher como quais serão e a relevância das ações e dos temas. A notícia “Target’s clear; Intent is not” escrita por Helene Cooper e David Sanger (2011) em 20 de março de 2011 faz uma crítica a esse poder dos Estados Unidos. Logo no início da publicação os autores questionaram se o interesse na intervenção militar é realmente pautado em expulsar o ditador Muammar el- Kadafi do governo líbio ou se o interesse é o de realizar um objetivo apresentado como primordial por Obama. A dúvida na veracidade dos motivos apresentados para a intervenção na Líbia é um dos temas da agenda dos jornalistas do jornal estadunidense.

O caso da Líbia mostrou-se tão complexo e com coalizões incomuns que as informações contidas nas notícias por vezes chocavam-se e eram discrepantes. A complexidade não foi sentida apenas pelas mídias, mas também pelos países que atuavam ativamente. A coalizão incomum entre militares europeus, estadunidenses e árabes foi relatado pelas notícias como algo que se mostrava difícil de unir, uma vez que as formas de gerenciamento e ação eram divergentes. Apesar dos pontos negativos, Obama viu nessa coalizão um ponto de partida para solucionar os desentendimentos existentes nos demais casos da OTAN. (LANDLER & ERLANGER, 2011)

²² Tradução feita pela autora

A OTAN em 25 de março de 2011 passou a liderar os ataques aéreos e a zona de exclusão aérea imposta pela resolução do CSNU, função dos Estados Unidos anteriormente. A transição foi consequência de pressões voltadas ao governo norte americano que precisavam cumprir o que foi prometido por Obama, ou seja, limitada atuação do país na Líbia por um curto período de tempo. A intervenção contava com ajuda dos Estados Unidos, da União Europeia, das Nações Unidas, Reino Unido, França, Espanha, Malta e Catar. (DEMPSEY, 2011)

A França, pela primeira vez na história da OTAN, afirmou, no dia 29 de Junho de 2011, que havia fornecido armamento aos rebeldes. A atitude da França fez com que a forma como se descrevia o embargo às armas nas duas primeiras resoluções fossem questionadas. A Rússia afirmava que essa postura da França ia contra as disposições da resolução de 1970 e 1973. Sob essas mesmas bases a França afirmou que a resolução permitia o uso de qualquer meio para libertar e proteger os cidadãos líbios e que seu objetivo ao distribuir armas era exatamente proteger os cidadãos que eram altamente atacados. Mark Toner, porta voz do governo americano, ponderou que, se lidas em conjunto, as resoluções 1970 e 1973 não permitiam nem negavam a distribuição de armas para os rebeldes. (REUTERS, 2011)

Depois de seis meses de lutas, em Agosto os rebeldes começam a conquistar o poder da Líbia, com isso o Conselho de Segurança resolveu descongelar \$ 1, 5 bilhões dos ativos da Líbia. O dinheiro descongelado foi em razão de ajudar o país a se reconstruir e formar um novo governo. (MYERS & BILEFSKY, 2011) Os líderes dos rebeldes enviaram pedido ao CSNU para que as tropas se mantivessem no país até o fim do ano de 2011. Tanto o descongelamento de ativos, quanto o pedido de manter as tropas na Líbia, publicados pelo jornal, foram assuntos retratados na terceira resolução, a resolução nº2009.

A terceira resolução foi aprovada pelo CSNU no dia 11 de Setembro de 2011. Nesta resolução o CSNU descrevia a satisfação do órgão ao constatar a melhora na situação dentro do país, apontava que deveriam ser feitas as mudanças necessárias na Líbia para criar um governo com bases democráticas e respeitando os direitos humanos e a reerguer o país. Decidiu-se nessa resolução estabelecer uma missão

das Nações Unidas para dar suporte ao país. A missão segundo a resolução 2009 deveria:

- “(a) reestabelecer a segurança pública e a ordem e promover um governo de direito;
- (b) realizar diálogo político inclusivo, promover a reconciliação nacional, e empreender a criação da constituição e processo eleitoral;
- (c) ampliar a autoridade do Estado, incluindo reforço a emergentes instituições responsáveis e a restauração dos serviços públicos;
- (d) promover e proteger os direitos humanos, particularmente para aqueles pertencentes a um grupo vulnerável, e dar suporte a transição de justiça;
- (e) tomar todas as medidas imediatas para iniciar o reestabelecimento da economia; e
- (f) coordenar suporte que possa vir a ser requerido por outros atores multilaterais e bilaterais conforme apropriado”. (RESOLUÇÃO 2009, 2011, p. 3)²³

Relacionado ao congelamento de bens, no conteúdo dessa resolução alguns dos ativos fora liberados para empresas e outros para a reconstrução do país. Solicita-se que o Banco Mundial e o Fundo Monetário internacional ajudem os Líbios na avaliação da gestão das finanças públicas. Por fim retira-se a imposição da Zona de exclusão aérea. (resolução 2009, 2011)

Com a transformação da cooperação militar em cooperação para a reconstrução do país a agenda do jornal reduziu consideravelmente a cobertura das resoluções que se referem à Líbia e a forma de aplicação e consequências desta.

A cobertura da mídia volta a analisar e relatar sobre a Líbia quando o ditador Muammar el- Kaddafi é morto. Os últimos momentos de vida de Kadafi foram filmados e postados na internet. O ditador e seu filho, Muatassim, morreram quando estavam sob domínio dos rebeldes. As nações Unidas e grupos dos direitos humanos pediram investigação e relatos detalhados sobre a morte do ditador, uma vez que segundo as filmagens foi um ato extremamente violento. O novo governo da Líbia informou, porém que Kadafi havia morrido durante a batalha com um tiro na cabeça e que não se mostrava necessária investigação, pois essa explicação era para os líderes do governo líbio plausível. (GLADSTONE, 2011)

A morte representou a total liberdade do país, com isso o CSNU no dia 27 de outubro, oito meses após o início dos problemas na Líbia, votou no fim da intervenção internacional no país. A resolução 2016 modificou a imposição do

²³ Tradução feita pela autora

embargo de armas, descongelou todos os ativos da Líbia e acabou com todas as limitações impostas pelas resoluções 1970, 1973 e 2009.

Segundo a cobertura de Rick Gladstone com a notícia “U.N votes to end foreign intervention in Libya” (2011) os novos líderes pediram para a OTAN continuar no país, os líderes temiam que os leais de Kadafi se reerguessem e voltassem a atacar os contrários ao falecido Kadafi. A OTAN negou afirmando que eles haviam agir de acordo com a resolução do CSNU.

A votação da quarta resolução pôde ser assistida pela internet através do site do CSNU fazendo com que a agenda da mídia se voltasse para a aprovação. A resolução foi aprovada rapidamente e sem discussões. Essa resolução foi, entretanto, a última resolução que teve cobertura pelo jornal *The New York Times*, mesmo sendo aprovadas duas resoluções após a resolução 2009, sendo respectivamente as resoluções 2017 e 2022.

A cobertura parcial das resoluções do CSNU referentes à Líbia focando apenas nas resoluções que tiveram atuação e questionamento por parte de grandes líderes mundiais, demonstra que a agenda do jornal está conectada com a agenda desses países.

A dúvida se foi ou não positiva a intervenção do CSNU e OTAN e os atos efetuados pelos países membros participantes da intervenção e suas consequências foi apontado pela agenda midiática e internacional durante todo o caso. Segundo a notícia “Recent U.N. actions show policy shift, analysts say”:

“diplomatas das Nações Unidas e analistas disseram na terça-feira que a intervenção da organização foi parte de uma mudança política fundamental na qual a ação militar contra a Líbia - apoiada pelas duas resoluções do Conselho de Segurança e o suporte verbal da administração do Obama - provou ser um importante incentivo.” (BILEFSKY, 2011, p1).²⁴

A agenda do CSNU e do *The New York Times* foi similar principalmente em questões como a aprovação ou não das primeiras quatro resoluções, a imposição de zona de exclusão aérea, autorização da intervenção militar, morte de Kadafi e por fim a retirada das tropas estrangeiras do país.

Nas 149 notícias selecionadas visualizam-se temas e resoluções que ganharam demasiada atenção por parte do campo da mídia e comunicação. Os temas principais apontados são, sem dúvida, os que mais refletem e atingem a

²⁴ Tradução feita pela autora

Líbia, assim como os demais países. Temas como a zona de exclusão aérea e permissão de intervenção ganharam a pauta dos jornais assim como a das resoluções.

O contraste entre as agendas é claro. Porém, visualiza-se que para a mídia o fim da intervenção e a conseqüentemente a retirada das tropas de dentro do país do continente africano significaram um fim do interesse da agenda da comunicação pelo tema e por suas resoluções.

O foco nas ações dos Estados Unidos também são pontos convergentes da agenda de ambos os textos. Os jornalistas publicaram no mínimo cinco notícias com críticas explícitas ao demasiado poder de influência dos Estados Unidos. Criticou-se a veracidade da disponibilidade dos países em levar o assunto ao CSNU, assim como a do órgão discutir e aprovar tão rapidamente as resoluções, principalmente a que autoriza a intervenção militar estrangeira no país.

Os temas da agenda com teor semelhante do jornal e das resoluções demonstram, sob-bases construtivistas, que há mútua influência entre os canais. A determinação dos temas retratados em ambos formou-se através da construção social, em que líderes de países influentes na esfera internacional trouxeram questionamentos que entraram na pauta midiática e na do CSNU.

O relato dos Estados Unidos, seguido de discursos de preocupação por parte dos líderes da França e do Reino Unido, as notícias publicadas no jornal que reafirmavam esses discursos e os complementava com as opiniões dos que compõem o jornal, assim como os debates dos países membros do CSNU, construiu o entendimento da necessidade de cooperação internacional para solucionar o problema interno da Líbia. O conceito construído pelos debates resultou e consolidou-se nas seis resoluções, definindo como algo correto e inevitável o envio de assistência médica, a intervenção militar e uma série de embargos.

Seguindo a ideia construtivista dos agentes e das estruturas, os países e jornalistas podem ser considerados agentes que atuavam dentro das estruturas, neste caso, conselho e jornal, respectivamente. Nas estruturas os agentes discutiram e, no caso do jornal, publicaram conhecimentos sobre a Líbia, que por

vezes coincidiam, formando assim conceitos e entendimentos acerca do conflito que ocorreu no país.

A sociedade, segundo premissas construtivistas apontadas no primeiro capítulo, tipifica, com o tempo, ações que normalmente as estruturas e agentes devem produzir. O CSNU, por ser uma instituição que debate sobre conflitos, cria na sociedade expectativa de ação para impedir o agravamento dos problemas militares. Os jornais, por sua vez, são tipificados como meios de relatar acontecimentos.

A expectativa e a função desenvolvida pela sociedade foram demonstradas no decorrer da pesquisa onde o CSNU utilizava as resoluções para inibir e findar o conflito e os jornais publicavam notícias sobre a Líbia e as resoluções, pressionando o tema e reafirmando a necessidade da intervenção no país. Houve mútua interferência entre os agentes e estruturas. As decisões sofreram influência de conceitos relatados e criados pelos jornais, assim como as resoluções pressionavam as notícias e os países envolvidos no CSNU e na Líbia.

A ação recíproca impulsionou a escolha de pontos para agenda com temas e críticas que por vezes se pareciam. Veem-se, nessas premissas construtivistas, possíveis respostas para a semelhança entre alguns pontos das agendas do CSNU e do *The New York Times*: semelhanças que se findam, porém com o fim da intervenção militar e retirada das tropas internacionais da Líbia. O fim da convergência entre as agendas levou a crer que foi pelo fim da atuação dos grandes líderes estatais e devido a morte do ditador Muammar el- Kadafi.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da realidade a partir de debates, publicações e atos foi a base de questionamento e pesquisa dessa monografia. Buscou-se analisar se os temas que são primordiais para dois campos distintos teriam alguma relação, ou seja, objetivava-se visualizar se as agendas convergiam ou não e quais assuntos receberiam maior enfoque. A análise da existência ou não da cobertura pelo jornal *The New York Times* das resoluções referentes à Líbia foi à forma escolhida, dentre muitas outras opções, para fazer essa comparação.

No decorrer da pesquisa e texto dessa monografia pode-se perceber que a mídia tem demasiado interesse em temas discutidos por grandes líderes internacionais. Os jornais impressos e online e as revistas formulam com esses temas suas agendas, determinando quais os pontos do acontecimento desejam frisar para que o leitor se interesse principalmente por eles. As resoluções referentes à atuação na Líbia, por contarem com a participação ativa de Estados como Estados Unidos, França e Reino Unido e por conterem em seus conteúdos temas críticos e complexos receberam em sua grande maioria atenção.

A pesquisa demonstrou que os Estados Unidos foi o país mais frisado e comentado durante todas as notícias. Seus interesses e ações eram os mais discutidos, tanto dentro do CSNU, como pelo jornal. O início do debate sobre a Líbia, a discussão sobre intervir ou não, como e quem lideraria a intervenção na Líbia são exemplos de temas que os Estados Unidos foi ponto principal. O foco na ação dos Estados Unidos impulsionou convergências entre as agendas.

O interesse de cobertura, principalmente de notícias que carregam demasiada importância no cenário e na agenda internacional e que contam com a participação de Estados de renome e poder, neste caso apresentou-se com o fim das publicações sobre as resoluções na quarta resolução e não na sexta e última. Provavelmente o fim das publicações sobre o tema está ligado ao fato do Conselho de Segurança retirar todos os embargos anteriormente impostos e votarem pelo fim da intervenção militar na quarta resolução, sendo a quinta e a sexta referentes ao auxílio internacional na reconstrução do país

Os temas militares, como a zona de exclusão aérea e intervenção militar, descritos nos parágrafos da resolução 1973 receberam mais foco, como demonstrado pelo gráfico, do que temas como o envio de ajuda humanitária. Consequentemente o leitor informa-se mais sobre as cláusulas de cooperação militar e fica desinformado sobre as demais temáticas.

Como apontado pela teoria do agendamento, o leitor não fica obrigado a se contentar apenas com as informações contidas nos veículos midiáticos, sendo eles livres para buscar outras fontes, porém o leitor que não busca por mais informações ficam sujeitos a acumular informações incompletas e que é de interesse da mídia.

Ambas as fontes devem ser analisadas de forma crítica, uma vez que em seus conteúdos são acoplados interesses e pressões de vários campos, inclusive o empresarial. Repousa nessa afirmativa uma possível falha para as análises efetuadas no decorrer da pesquisa, possibilitando que as comparações tragam em suas respostas reflexos destes interesses e pressões.

A leitura das seis resoluções e das 149 notícias foi primordial, pois desta maneira foi possível visualizar e comparar os temas e tópicos frisados em cada uma dessa. A escolha de um jornal possibilitou a comparação, mas foi um entrave para formular uma análise mais abrangente e completa, podendo essa monografia posteriormente ser complementada com a adição de notícias publicadas nos demais jornais de alcance e influência mundial.

Por fim, posteriormente para ampliar a pesquisa produzida por essa monografia poderia se analisar discursos proferidos por líderes citados no decorrer das notícias. Desta maneira poderemos visualizar como foram e se foram inseridas as pressões dos Estados no conteúdo das resoluções e se essas carregam outros interesses além do de restaurar a paz e criar na Líbia um governo democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. Lua Nova, n.47. 1999

BILEFSKY, Dan; LANDLER, Mark. **As U.N. backs military action in Libya, U.S. role is nuclear**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/18/world/africa/18nations.html?pagewanted=all>> Acesso em: 15 maio. 2012.

BILEFSKY, Dan; LANDLER, Mark. **Military action against Qaddafi is backed by U.N.** Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9401E1DF1F3EF93BA25750C0A9679D8B63&pagewanted=all>> Acesso em: 16 maio. 2012.

BRODER, John. **U.S. and allies weigh Libya no-fly zone**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/02/28/world/europe/28military.html>> Acesso em: 15 maio. 2012.

BRYANT, Jennings; MIRON, Dorina. **Theory and research in mass communication**. Journal of Communication. 2004

CASTRO, Thales. **Conselho de Segurança da ONU: Unipolaridade, consensos e tendências**. Juruá. 2007

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S.. **A manipulação do público: Política e poder econômico no uso da mídia**. Futura. 2003.

COOPER, Helene; LANDLER, Mark. **U.S. imposes sanctions on Libya in wake of crackdown**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/02/26/world/middleeast/26diplomacy.html?_r=1&pagewanted=all> Acesso em: 14 maio. 2011.

COOPER, Helene; LANDLER, Mark. **Following U.S. sanctions, U.N. security council to meet on Libya**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/02/27/world/africa/27diplomacy.html?pagewanted=all>> Acesso em: 14 maio. 2011.

COOPER, Helene; LANDLER, Mark. **Following U.S. sanction, U.N. security council to meet on Libya**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/02/27/world/africa/27diplomacy.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 15 maio. 2012.

COOPER, Helene; MYERS, Steve. **Obama takes hard line with Libya after shift by Clinton**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/19/world/africa/19policy.html?pagewanted=all>>. Acesso em 16 de maio de 2012

COOPER, Helene; SANGER, David. **Target's clear; Intent is not**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/21/world/africa/21assess.html>> Acesso em: 16 maio. 2012

DEMPSEY, Judy. **Germany Officially Recognizes Libyan Rebel Government**. Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2011/06/14/world/europe/14libya.html?gwh=EC7CC91D13E7FC3FFE9FAEB4C46D3536>>. Acesso em: 17 maio. 2012.

DOLAN, Kerry A. . **The World's richest man on fixing the global economy**. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/kerryadolan/2012/03/07/the-worlds-richest-man-on-fixing-the-global-economy/>>. Acesso em: 28 maio. 2012.

DROUBI, Sufyan el. **Notas sobre as resoluções obrigatórias do conselho de segurança da ONU e sua introdução no direito brasileiro**. Revista Imes. n. 12. 2006

ERLANGER, Steven .**French Aid Bolsters Libyan Revolt** .Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2011/03/01/world/europe/01france.html>> Acesso em: 15 maio. 2012.

ERLANGER, Steven. **G-8 ministers fail to agree on Libya no-flight zone**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/16/world/africa/16g8.html>> Acesso em: 15 maio. 2012.

ESTADOS UNIDOS. **Carta da Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf> Acesso em: 28 maio. 2012.

ESTADOS UNIDOS. **Resolução 1970, de 26 de fev. de 2011**. Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/245/58/PDF/N1124558.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 20 março. 2011.

ESTADOS UNIDOS. **Resolução 1973, de 17 de março de 2011**. Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/268/39/PDF/N1126839.pdf?OpenElement>> . Acesso em: 20 março. 2011.

ESTADOS UNIDOS. **Resolução 2009, de 16 de set. de 2011**. Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/502/44/PDF/N1150244.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 20 março. 2011.

ESTADOS UNIDOS. **Resolução 2016, de 27 de out. de 2011**. Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/567/10/PDF/N1156710.pdf?OpenElement>> . Acesso em: 20 março. 2011.

ESTADOS UNIDOS. **Resolução 2017, de 31 de out. de 2011**. Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/245/58/PDF/N1124558.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 20 março. 2011.

ESTADOS UNIDOS. **Resolução 2022, de 2 de dez. de 2011**. Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/620/28/PDF/N1162028.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 20 março. 2011.

GLADSTONE, Rick. ***U.N votes to end foreign intervention in Libya.*** Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2011/10/28/world/middleeast/security-council-ends-libya-intervention-mandate.html?gwh=C394D9B357422D5C85FDA568AE9086F0>> acesso em: 17 maio.2012.

KIRKPATRICK, David D.. ***“Qaddafi vows to fight to the “last man””.*** Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/03/world/africa/03qaddafi.html> >. Acesso em: 15 maio.

KIRKPATRICK, David; FAHIM, Kareem. ***Qaddafi warns of assault on Benghazi as u.n. vote nears.*** Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/18/world/africa/18libya.html?pagewanted=all> >. Acesso em: 15 maio. 2012.

LANDLER, Mark. ***U.S condemns Libyan tumult but makes no threats.*** Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2011/02/23/world/africa/23diplomacy.html>> Acesso em: 14 maio. 2012.

LASMAR, Jorge Mascarenhas; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. ***A organização das nações unidas.*** Del Rey, p. 69- 82. 2006.

Libya: Revolution and aftermath. Disponível em: <<http://topics.nytimes.com/top/news/international/countriesandterritories/libya/index.html>>. Acesso em: 9 de maio. 2012>

LANDLER, Mark; ERLANGER, Steven. ***Obama seeks to unify allies as more airstrikes rock Tripoli*** .Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/23/world/africa/23libya.html?pagewanted=all>> Acesso em: 16 maio. 2012.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. ***The agenda-setting role of the mass media in the shaping of public opinion*** . Disponível em: < http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/mccombs01.pdf> Acesso em: 28 abril. 2012.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. ***The Evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas.*** Disponível em: < <http://www4.ncsu.edu/~amgutsch/MccombsShawnew.pdf> > Acesso em: 29 abril. 2012.

MYERS, Steven; BILEFSKY, Dan. ***U.N. releases \$ 1.5 billion in frozen Qaddafi Assets to Aid Rebuilding of Libya.*** Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2011/08/26/world/africa/26assets.html?pagewanted=all&gwh=F0FE9063CBB52D341E06001B7C429085>> Acesso em: 17 maio. 2012.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. ***Teoria das Relações Internacionais.*** Elsevier, p. 163-186. 2005.

REUTERS. ***Russia Says France is violating embargo.*** Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2011/07/01/world/europe/01briefs-Russia.html?gwh=0483E519E6335EF7F057AFEEAF7630>> Acesso em: 17 maio. 2012.

RIBEIRO, Manuel de Almeida. ***A organização das nações unidas.*** Almedina. 1998

THE NEW YORK TIMES. *The New York Times Company*. Disponível em: <<http://www.nytc.com>>. Acesso em: 13 maio 2012.

THE NEW YORK TIMES. *The New York Times Company*. Disponível em: <http://www.nytc.com/company/Innovation_and_Technology/DigitalInitiatives.html>. Acesso em: 13 maio 2012.

WENDT, Alexander. *Anarchy is what State make of it: The social construction of Power politics*. International organization, vol. 46, n.2, p.391-425. 1992.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Presença, p.139-176. 2002

Apêndice A - Títulos das notícias do *The New York Times* e respectivas datas

| Mês | Dia | Título da Notícia |
|-----------|-----|--|
| Fevereiro | 22 | 1. <i>U.S. Condemns Libyan Clashes but make no Threats</i> |
| | 23 | 2. <i>Young seek to End West Bank and Gaza Schism</i> |
| | 25 | 3. <i>U.S. Imposes Sanctions on Libya in Wake of Crackdown</i> |
| | 26 | 4. <i>Following U.S. Sanctions, U.N. Security Council to meet on Libya</i> 5. <i>Security Council Calls for war Crimes Inquiry in Libya</i> |
| | 27 | 6. <i>The Vacuum After Qaddafi</i> 7. <i>U.S. and allies weigh Libya no-fly zone</i> |
| | 28 | 8. <i>French Aid Bolster Libyan Revolt</i> |
| Março | 1 | 9. <i>Gates Plays Down Idea of U.S. Force in Libya</i> |
| | 2 | 10. <i>Qaddafi Vows to Fight to the Last Man</i> 11. <i>Gates Warns of Risks of a No- Flight Zone</i> |
| | 3 | 12. <i>Terror Quiets Libyan Capital as Rebels Battle in the East</i> |
| | 8 | 13. <i>Qaddafi Forces Renew Attacks on Rebels</i> |
| | 9 | 14. <i>Loyalists Batter Libyan Rebels Near Strategic Oil Town</i> 15. <i>Facing Renewed Attacks and a Range of Setbacks</i> |
| | 10 | 16. <i>In Libya, Fierce Fight Near Site of Refinery</i> |
| | 12 | 17. <i>Arab Leagues Endorses No- Flight Zone Over Libya</i> |
| | 15 | 18. <i>G8 Ministers Fail to Agree on Libya No-Flight Zone</i> 19. <i>Libyan Forces Rout Rebels as West's Effort for No-Flight Zone Stalls</i> |
| | 16 | 20. <i>Security Council Uncertain About Intervening in Libya</i> 21. <i>Specter of Rebel Rout Helps Shift U.S Policy on Libya</i> 22. <i>Forces Rout Protesters From Bahrain Square</i> 23. <i>Qaddafi Forces Routing Rebels</i> |
| | 17 | 24. <i>U.N. Approves Airstrikes Against Libya</i> 25. <i>Qaddafi Warns of Assault on Benghazi as U.N. Vote Nears</i> 26. <i>Europe Split Over Libya No-Flight Zone</i> |
| | 18 | 27. <i>Obama Warns Libya, but Attacks go on</i> 28. <i>Military Action Against Qaddafi is Backed by U.N.</i> 29. <i>Obama Takes Hard Line with Libya After Shift by Clinton</i> 30. <i>France and Britain Lead Military Push on Libya</i> |
| | 19 | 31. <i>Allies Open Air Assault on Qaddafi's Force in Libya</i> 32. <i>Amid Crises Obama Lands in South America (Obama Starts Visit to Brazil, in Shadow of Libya)</i> 33. <i>France and Britain Lead Military Push on Libya</i> 34. <i>Qaddafi Threatens Military Action Against Qaddafi</i> 35. <i>Shift by Clinton Helped Persuade President to take a Hard Line</i> |
| | 20 | 36. <i>Target in Libya is Clear; Intent is not (Action Against Libya Leaves Question of Intent Unanswered)</i> 37. <i>While all Eyes Were on Japan</i> 38. <i>Obama Begins Visit to Brazil, Under the Shadow of the Libyan Crisis</i> 39. <i>Allies Target Qaddafi's Ground Forces as Libyan Rebels Regroup</i> 40. <i>Regional Election Gives Merkel's Party Some Hope</i> |

| | | | |
|--|-------|---|--|
| | 21 | <p>41. News Analysis; Target's Clear; Intent is not</p> <p>42. Obama Attack Renews Debate Over Congressional Consent</p> <p>43. U.S. Led Assault Nears Goal in Libya</p> <p>44. In rare Split, Two Leaders in Russia Differ on Libya</p> <p>45. In Russia, Gates Stresses Cooperation with West</p> | |
| | 22 | <p>46. Gates Expects Decline in Fighting</p> <p>47. Obama Seeks to Unify Allies as More Airstrikes Rock Tripoli</p> <p>48. U.S. Led Assaults hit Tripoli Again; Objective is near</p> <p>49. Attack Renews Debate Over Congressional Consent</p> <p>50. China Urges Quick End to Airstrikes in Libya</p> | |
| | 23 | <p>51. Germany Steps Away From European Unity (Germany in new strains with allies over Libya)</p> <p>52. China Urges Quick end to Airstrikes in Libya</p> <p>53. U.S. Seeks to Unify Allies as Airstrikes rock Tripoli</p> | |
| | 24 | <p>54. Even While Taking a Chance with Libya, Obama is Playing it Low-key</p> <p>55. New Analysis; in Tending its interests, Germany steps Away from European Unity</p> <p>56. U.N. Secretary General Expresses New Alarm Over Libya Strife</p> <p>57. Allies are split on goal and exit strategy in Libya</p> <p>58. NATO agrees to take command of no-fly zone in Libya (Libya no-fly zone to be led by NATO)</p> | |
| | 25 | <p>59. White House Memo; Even While Taking a Chance with Libya, Obama is playing it Low-Key</p> <p>60. Allies are split over final goal of Libya mission</p> <p>61. Libya and Japan crises Undermine Merkel's credibility</p> <p>62. NATO to assume new role in Libya</p> <p>63. NATO set to take full Command of Libyan Campaign</p> <p>64. NATO takes lead on Libya Campaign; Obama Defends his Policy</p> | |
| | 27 | <p>65. Libyan Rebels March Toward Qaddafi Stronghold</p> | |
| | 28 | <p>66. Rebels in Libya Make new Gains amid Airstrikes</p> <p>67. Obama's Remarks on Libya</p> <p>68. Rebel Advance Halted Outside Qaddafi's Hometown</p> | |
| | 29 | <p>69. The Caucus/ Fund Raising; A big Push for april</p> <p>70. Washington in Fierce Debate on Arming Libyan Rebels</p> <p>71. Allies Renew Demand for Qaddafi to Give up power</p> <p>72. Doctrine for Libya: Not Carved in Stone</p> | |
| | 30 | <p>73. Retreat for Rebels; Libyan Foreign Minister Quits</p> <p>74. News Analysis; Doctrine for Libya: not Carved in stone</p> <p>75. Allies Renew demand for Qaddafi to give up power</p> | |
| | 31 | <p>76. Cabinet Officials Say U.S. isn't Likely to arm Libyans</p> <p>77. NATO Warns Rebels Against Attacking Civilians</p> | |
| | Abril | 1 | <p>78. Editing Their role in history</p> <p>79. In Cabinet say U.S. is not likely to arm Libyans</p> <p>80. By his own Reckoning, one man made Libya a French Cause</p> <p>81. Qaddafi Envoy Visits London as tensions Mount in Libya</p> <p>82. Envoy Decides to Represent Nicaragua, not Libya</p> <p>83. High-Level Libyan Aide Held Talks with Britain</p> |
| | | 2 | <p>84. The Saturday Profile; by his own reckoning, one man made Libya a French Cause</p> |

| | | |
|-------|------|--|
| | 4 | 85. <i>Libyan Rebels Complain of Deadly Delays Under NATO's Command</i> |
| | 5 | 86. <i>Recent U.N. Actions Show Policy Shift, Analysis Say</i> 87. <i>France's Role in Three Conflicts Displays a more muscular Policy</i> |
| | 9 | 88. <i>As Qaddafi's troops move in, a seesaw battle for rebel city</i> 89. <i>Germany would join aid mission to Libya</i> 90. <i>Shake-up could affect tone of U.S. policy on China</i> |
| | 11 | 91. <i>Possible Libya Stalemate puts stress on U.S. policy</i> 92. <i>Iran blames pipeline explosion on western enemies</i> |
| | 12 | 93. <i>Pace of Attacks in Libya Conflict is Dividing NATO</i> |
| | 13 | 94. <i>Delegates meet in support of Libya rebels</i> |
| | 14 | 95. <i>NATO showing Strain Over Approach to Libya</i> |
| | 15 | 96. <i>Russia warns NATO over the size of Libya attack</i> |
| | 17 | 97. <i>French colonial past casts long shadow over policy in Africa</i> |
| | 19 | 98. <i>Britain will send military advisers to Libya, hoping to tip balance for rebel force</i> |
| | 20 | 99. <i>France and Italy will also send advisers to Libya Rebels</i> |
| | 23 | 100. <i>Libyan forces withdraw from a Besieged city, and the Rebels wonder why</i> |
| | Maio | 1 |
| 2 | | 102. <i>Awkward moment for Obama and Merkel</i> |
| 5 | | 103. <i>U.S. seeks to aid Libyan rebels with seized assets</i> |
| 6 | | 104. <i>France Expels 14 Libyan Officials</i> |
| 12 | | 105. <i>At deadline, U.S. seeks to continue war in Libya</i> |
| 15 | | 106. <i>British commander says Libya fight must expand</i> |
| 20 | | 107. <i>As NATO claims progress in Libya, a U.S. deadline is put to the test</i> 108. <i>President Obama's Letter About Efforts Libya</i> 109. <i>Merkel criticizes welfare systems in southern Europe</i> |
| 26 | | 110. <i>Qaddafi flees to hospitals to dodge bombs, reports say</i> |
| 27 | | 111. <i>In shift, Russia agrees to try to talk Qaddafi into leaving</i> |
| Junho | 8 | 112. <i>Nations bombing Libya ask for help amid strain</i> |
| | 9 | 113. <i>\$1 Billion is pledged to support Libya Rebels</i> |
| | 10 | 114. <i>For some in congress, an unexpected thank-you note (Qaddafi thanks U.S. lawmakers for challenging Obama on Libya)</i> |
| | 13 | 115. <i>Germany officially recognizes Libyan rebel government</i> 116. <i>Beginning of the end for NATO?</i> |
| | 15 | 117. <i>White house defends continuing U.S. role in Libya operation (war powers act doesn't apply for Libya, Obama Says)</i> |
| | 17 | 118. <i>Top lawyers lost to Obama in Libya war Policy debate</i> |
| | 19 | 119. <i>Scrutiny of German leader builds as debt crisis rattles Europe (Germany's Merkel faces scrutiny as debt rattles Europe)</i> |
| | 20 | 120. <i>Scores of U.S. strikes in Libya followed handoff to NATO (in Libya, scores of U.S. airstrikes followed handoff to NATO)</i> |
| | 21 | 121. <i>British leader rebuts commanders' concerns about a long Libya campaign (Cameron rebuts commanders' concerns</i> |

| | | |
|----------|----|---|
| | | <i>about Libya campaign)</i> 122. <i>Cost of wars a rising issue as Obama weighs troop levels</i> |
| | 27 | 123. <i>Timing is questioned in seeking house vote on U.S. role in Libya</i> |
| | 28 | 124. <i>The Hague: Onus put on Libyans</i> |
| | 29 | 125. <i>France Says it Gave Arms to the rebels in Libya (France admits arming Libyan rebels)</i> |
| | 30 | 126. <i>Russia Says France is Violating embargo</i> |
| Julho | 15 | 127. <i>Libya rebels get formal backing and \$30 Billion</i> |
| | 29 | 128. <i>Killers of Libyan rebel general were among his own forces</i> |
| Agosto | 2 | 129. <i>Killing of general vexes rebels in Libya</i> |
| | 22 | 130. <i>After uprising, rebels face a struggle for unity</i> |
| | 24 | 131. <i>Sarkozy assures Libyan rebel leader</i> |
| | 25 | 132. <i>Security Council Frees Libyan Assets for Rebels</i> 133. <i>U.N. releases \$1,5 Billion in frozen Qaddafi assets to aid rebuilding of Libya</i> |
| | 28 | 134. <i>U.S. tactics in Libya may be model for use of force</i> |
| | 29 | 135. <i>Events in Libya : A Chronology</i> |
| Setembro | 1 | 136. <i>Russia recognizes Libya rebels as world leaders meet</i> 137. <i>Libya's supporters gather in Paris to help ease new government's transition</i> |
| | 3 | 138. <i>Libya's dark lesson for NATO</i> |
| | 4 | 139. <i>China Sought to sell arms to Qaddafi, Documents suggest</i> |
| | 5 | 140. <i>Beijing says Qaddafi Officials sought Chinese arms supplies</i> |
| | 6 | 141. <i>Merkel's blunt talk offends debtor nations</i> 142. <i>China says state-run arms makers talked to Libyans</i> |
| | 7 | 143. <i>Whereabouts of Qaddafi are clouded in confusion (Libyan rebels issue conflicting reports on Qaddafi whereabouts)</i> |
| | 11 | 144. <i>Secret bid to arm Qaddafi sheds light on tensions in China government</i> |
| | 24 | 145. <i>Libyan fighters renew attack on Qaddafi's hometown</i> |
| Outubro | 20 | 146. <i>An erratic leader, brutal and defiant to the end (Muammar el-Qaddafi, Libyan dictator, is dead at 69)</i> |
| | 21 | 147. <i>U.S and U.N demand details from Libyan leaders on how Qaddafi died</i> |
| | 26 | 148. <i>Libya's interim leader ask NATO to stay through the end of 2011 (Libya leader wants NATO presence through 2011)</i> |
| | 27 | 149. <i>U.N votes to end foreign intervention in Libya</i> |

Anexo A – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1970

Anexo B – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1973